



• C •

FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

TESE DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

A NATO

O paradigma de uma integração defensiva

Mestranda

Marina Branco Lopes

Nº Estudante 20050768

Orientadora

Prof. Doutora Carmen Amado Mendes

Coimbra, Julho de 2010

Agradecimentos

A realização de uma dissertação inscreve-se num percurso autónomo e individual. No entanto, no espaço de liberdade de trabalho característico deste trabalho, torna-se evidente o contributo daqueles que nos apoiam, que nos orientam e daqueles que observam as nossas dificuldades.

A essas pessoas dedicadas que ajudaram a encontrar saídas quando as portas da certeza se fecharam, a esses amigos que nos apoiam quando as dúvidas são mais fortes que o conhecimento, à família – Avó, Pai, Mãe e Irmão - que aguenta os momentos de pânico como os momentos de euforia e que se mostra sempre presente para qualquer suporte logístico, quero expressar todo o meu reconhecimento.

Agradeço particularmente à Professora Doutora Carmen Amado Mendes que permitiu que escrevesse esta dissertação a partir de Paris. Reconheço os esforços de organização que foram necessários para conseguir gerir a produção desta tese à minha actividade profissional. Pelas orientações e pela compreensão guardo-lhe um agradecimento especial.

Não posso também deixar de agradecer aqueles que me levaram a crescer quer pelo apoio e suporte constante quer pelos contactos ou pelos conselhos bibliográficos. Agradeço ao Paulo Barbosa a sua disponibilidade. As suas informações práticas e os seus conselhos constituíram um suporte sem igual ao longo deste ano. Ao Frédéric de Saintignon agradeço o amparo sem falhas tanto a nível pessoal que a nível dos esclarecimentos que foi proporcionando ao longo das conversas. À Rama Bashara agradeço a paciência sem fim naqueles momentos em que nada parece surgir da nossa sabedoria, ao seu pai reconheço as excelentes escolhas bibliográficas. À minha amiga Lúcia Oliveira devo a entrega deste trabalho nas melhores condições que poderia desejar.

Quero agradecer igualmente todos aqueles que sem me conhecerem aceitaram responder às minhas perguntas e sem qualquer obrigação tomaram o tempo de corresponder comigo apesar das suas agendas. Refiro-me a todos os entrevistados, quer das entrevistas exploratórias, quer das entrevistas realizadas durante as visitas e conferências sobre a NATO.

A todos aqueles que de perto ou de longe contribuíram para a realização deste trabalho e me ajudaram a apreciar este novo ritmo de estudo, quero declarar toda a minha gratidão.

Sumário

À luz dos acontecimentos que pontuaram a entrada no Século XXI, surgem nos questionamentos e novas tendências a nível das relações internacionais. Os países ocidentais vivem o período de paz mais comprido da história das relações entre os Estados. No entanto, apesar do risco de guerra se ter tornado menor, verificamos a subsistência de uma entidade política que não tem razão de ser fora de um contexto conflituoso: A Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Este trabalho visa demonstrar como a NATO, baseada no Tratado do Atlântico Norte assinado a 4 de Abril de 1949 em Washington entre os Estados dos dois lados do Atlântico se desenvolveu até constituir hoje em dia um revelador da interdependência defensiva entre o continente norte-americano e a Europa.

Através da análise da evolução estrutural da Aliança Atlântica e das dependências mútuas dos dois pilares da NATO, este estudo pretende chegar à conclusão de que não existe, actualmente, outro mecanismo defensivo para assegurar a defesa dos Estados ocidentais.

Partindo das necessidades mútuas em termos de cooperação entre dois actores relevantes que são os Estados Unidos da América para o pilar norte-americano e a França para o pilar europeu da NATO, verificamos que a defesa e a segurança da região do Atlântico norte depende do desenvolvimento e da manutenção da NATO como plataforma da integração defensiva entre os dois continentes.

O caso da França revela a urgência da aproximação e da consolidação dos laços entre os Estados europeus e os Estados Unidos da América. Apesar do desejo de autonomia no quadro da PESD, a decisão do Governo francês de reintegrar totalmente o Comando da NATO mostra que a Aliança Atlântica representa uma resposta mais fiável que a PESD às ameaças do Século XXI.

O caso dos Estados Unidos da América permite verificar que a maior potência militar mundial também precisa de aliados. As fraquezas que a defesa dos EUA apresentam face ao mundo cada vez menos unipolar tornam a cooperação com o continente europeu obrigatória para a preservação da ordem mundial actual.

Finalmente, concluímos que a interdependência defensiva e os imperativos de segurança do Século XXI confirmam que a NATO permanece a única resposta aos desafios globais.

Lista de Acrónimos

CSCE – Conferência para a Segurança e Cooperação Europeia

EUA – Estados Unidos da América

GT – Groupement Tactique

NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte

NRF – NATO Response Force

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCE – Organização para a Segurança e a Cooperação Europeia

PESD – Política Europeia de Segurança e Defesa

PIB – Produto Interno Bruto

PfP – Partnerships for Peace

SDN – Sociedade das Nações

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Índice

Introdução.....	1
Capítulo 1. A NATO, um desafio teórico constante.	17
Introdução.....	17
I. A NATO de 1949 à luz do Realismo Clássico	18
II. O debate neo-realista – neo-liberal.	20
III. A NATO, explicação construtivista e intergovernamentalista.	25
Conclusão	29
Capítulo 2. Evolução política da NATO.....	30
Introdução.....	30
I. A evolução do Conceito Estratégico da NATO deste 1949.	31
II. O alargamento da NATO e o desenvolvimento de parcerias.....	36
III. A NATO do Século XXI.	40
Conclusão	45
Capítulo 3. A NATO e a PESD.....	47
Introdução.....	47
I. A sinergia crescente entre a PESD e a NATO.	48
II. A PESD, entre dependência e falhas capacitárias.	52
III. O caso da França, revelador de uma interdependência defensiva transatlântica.	55
Conclusão	59
Capítulo IV. O interesse dos EUA na NATO	60
Introdução.....	60
I. Os Estados Unidos da América, maior contribuidor da NATO.....	61
II. Os Estados ocidentais como parceiros geoestratégicos privilegiados.....	65
III. Interesse geopolítico na NATO renovado	68

Conclusão	72
Conclusão	73
Anexos.....	80
Anexo 1. O Tratado do Atlântico Norte de 1949.	81
Anexo 2. Conferência do Secretário-geral da NATO em Lisboa.....	85
Anexo 3. Lembrança e programa da visita à NATO em Bruxelas.....	86
Anexo 4. A NATO e a Europa.....	87
Anexo 5. As despesas militares dos países da Europa na NATO.....	88
Anexo 6. Cartografia dos Estados membros e parceiros da NATO.....	89
Anexo 7. A NATO e as restantes Organizações internacionais.	90
Referências bibliográficas	91
Entrevistas.....	100

Introdução

Este trabalho tem como objectivo principal a análise do interesse dos Estados membros da Organização do Tratado Atlântico Norte (NATO) em manter a convergência entre as suas políticas externas após um longo período de dúvidas relativas à razão de existir da Organização num contexto internacional onde a Guerra Fria, observada entre 1949 e 1989, faz parte do passado histórico. As verdadeiras ameaças ao continente europeu em termos de segurança contra as quais a NATO foi criada desapareceram com o fim da Guerra Fria simbolizada pela queda do muro de Berlim em Outubro de 1989. A hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA) assegura desde então a paz sobre a região do Atlântico Norte e uma certa estabilidade a nível global (Boniface, 2005: 1-15).

A seguir aos ataques do 11 de Setembro de 2001 e às intervenções das tropas americanas no Afeganistão em 2002 e no Iraque em 2003, as divisões entre as potências ocidentais acerca destas intervenções e o comportamento unilateral adoptado pelos Estados Unidos da América deixaram perceber uma falha clara entre os membros da Organização do Tratado Atlântico Norte. No entanto, podemos observar desde 2007 que a NATO passou a representar um elo importantíssimo entre o continente Norte-americano e a União Europeia. Com a reintegração total da França na Organização do Tratado Atlântico Norte em 2008, verificamos que, além de manter as suas missões e objectivos na actualidade internacional, a NATO se tornou um instrumento central das políticas externas dos Estados da região do

Atlântico Norte em termos de segurança e combate à instabilidade regional (Ver Labaye, 2009).

O intuito deste trabalho reside na análise, ao horizonte das transformações verificadas no comportamento dos actores do sistema internacional, dos desafios geopolíticos que justificam o regresso da NATO como principal e indispensável instrumento na defesa da região do Atlântico Norte. Para responder a esta pergunta, esta dissertação não trata do funcionamento interno da NATO nem de um ponto de vista financeiro nem organizacional. Tão pouco se resume à análise das políticas de expansão da Organização do Tratado Atlântico Norte ou na redefinição das suas missões ou objectivos. Neste trabalho, a NATO é encarada como parte de um processo de construção com duas dimensões, regional e continental, de maneira a realçar o interesse dos Estados membros em manter as suas forças na Organização do Tratado do Atlântico Norte.

De forma a compreender estas duas dimensões, este trabalho pretende analisar o aparecimento de novos desafios geopolíticos que resultaram no renascimento da solidariedade dos Estados da região do Atlântico Norte desde 2007 através da observação de duas dinâmicas.

A primeira dinâmica reside na importância, sem precedente, assumida pela NATO na política externa da União Europeia. A sinergia regional entre a NATO e a União Europeia resulta da constatação da paralisia sofrida pelo projecto de Constituição Europeia. Apesar da boa vontade demonstrada acerca do Tratado

Constitucional Europeu, os referendos¹ nacionais de 2004 e 2005 revelaram as carências da integração europeia a nível político e o bloqueio institucional que provocaram impediu a construção de uma verdadeira política externa com meios concretos e significativos em nome da União. A NATO revelou ser o único instrumento concreto e consensual capaz de assegurar a defesa do continente europeu. Com a crise económica de 2007, os recursos financeiros anunciam a redução do empenho dos Estados europeus na consolidação da PESC a proveito da NATO onde os Estados Unidos da América asseguram a maior parte das despesas e dos meios militares. O sistema internacional actual sofre da subida de ameaças directas à segurança dos países ocidentais sejam eles europeus ou norte-americanos. A instabilidade da zona do Médio Oriente denunciada com os ataques do 11 de Setembro, a proliferação de práticas assimétricas ao encontro de potências ocidentais (Estados Unidos da América, Espanha, Reino Unido) como as tensões latentes no conflito israelo-palestiniano e a preponderância cada vez mais acentuada do continente sul asiático no equilíbrio internacional transformaram a NATO no pilar militar de uma União Europeia sem verdadeira defesa fora do apoio norte-americano (Bashara, 2010).

A segunda dinâmica estudada neste trabalho verifica-se precisamente no movimento de coesão e no impulso recente da solidariedade entre os Estados do Atlântico Norte com especial enfoque nos Estados Unidos da América, líder internacional actual. Fragilizada após as divergências declaradas de 2003 entre os

¹ Depois da assinatura do Tratado de Lisboa em 2004, foram organizados referendos nacionais para que a população possa dar o seu voto para a ratificação do Tratado e a sua posta em prática para 2009 (Europa, 2010).

seus membros, a NATO encara a defesa de uma identidade ocidental reinventada e uma necessidade geoestratégica. O ocidente pode doravante contar com os países do leste europeu, regra geral, pró-americanos. Estes últimos, além de serem antigos membros da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), representam peões geoestratégicos para a hegemonia americana. Conceitos como a “família ocidental” ou a “defesa colectiva” tomam sentido na confrontação iminente com as potências asiáticas, sem falar de confrontação armada². A ameaça que a instabilidade do sistema internacional representa actualmente para a hegemonia americana com as incertezas lançadas pelas práticas assimétricas de grupos terroristas e a crise económica permitiram renovar uma verdadeira cooperação no Atlântico Norte capaz de apagar as discrepâncias regionais entre os dois pilares regionais da Organização. São estes os dois pilares fundamentais da Organização do Tratado Atlântico Norte, por um lado a região Norte-americana e do outro a região europeia³.

Actualmente, a NATO representa 26 Estados entre os quais se encontram os Estados Unidos da América e 21 Estados membros da União Europeia⁴. Criada a partir do Tratado Atlântico Norte assinado em Abril de 1949, a NATO constitui desde então uma aliança militar cujo objectivo basilar é a defesa colectiva dos Estados membros como previsto no Artigo 51º da Carta das Nações Unidas⁵. Criado em plena Guerra Fria entre o bloco ocidental e o bloco soviético, o Tratado assinado

² No século XXI, falamos de confrontação tecnológica, económica entre outros meios modernos de exercer pressões sobre os Estados do Sistema Internacional (Ver Naumann *e al.*, 2007).

³ Entendemos os Estados da Europa central e os Estados do Leste europeu membros da União Europeia neste caso.

⁴ Os Estados membros são os seguintes: Alemanha, Bélgica, Bulgária, Canada, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, Estados Unidos da América, Estónia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Islândia, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Noruega, Polónia, Portugal, República Checa, Reino Unido, Roménia, e Turquia (NATO Handbook, 2006: 1). Ver anexo 6.

⁵ O Artigo 51º da CNU especifica que nenhuma resposta armada deve ser decidida sem consultar o Conselho de Segurança das Nações Unidas (Carta das Nações Unidas, 1945).

em Washington declara no Artigo 5º que qualquer ataque proferido contra um membro da Organização do Tratado Atlântico Norte equivale a um ataque à totalidade dos Estados membros⁶ (NATO Handbook, 2006: 15). Em consequência, as disposições tomadas no quadro do Tratado do Atlântico Norte autorizam uma resposta colectiva de legítima defesa por parte da totalidade dos Estados signatários. A Aliança Atlântica pretendia, de uma forma dissuasiva, assegurar a liberdade e garantir a segurança dos países da região do *Rimland*⁷ no combate das potências democráticas face à invasão soviética (Smouts *e al.*, 2006: 193).

A unidade entre os Estados membros da NATO sempre representou a força da Organização do Tratado Atlântico Norte. Baseada nas relações entre o continente Norte-americano e o continente europeu, as falhas que possam surgir nesse cimento estrutural abrem as portas a incansáveis críticas acerca da Organização do Tratado Atlântico Norte. Desde a saída da França, membro fundador, declarada em 1966 pelo General De Gaulle e ainda mais com a resolução do conflito entre o bloco ocidental liderado pelos Estados Unidos da América e o bloco soviético liderado pela União Soviética, a NATO tem sofrido ataques à sua legitimidade e razão de existência⁸. O revisionismo francês e a estabilidade verificada desde a queda do muro de Berlim em 1989 tornaram obsoleta a permanência de uma aliança defensiva na região do Atlântico Norte (Palma, 2009). Além disso, uma intervenção americana no

⁶ Ver Carta Atlântica disponibilizada em anexo no final do trabalho.

⁷ O *Rimland* é definido por Nicholas Spykman (1893-1943) como as “*terras costeiras da Eurásia incluindo: a Europa marítima, o Médio Oriente, a Índia, o Sudoeste asiático e o Extremo Oriente*” (Dias, 2005: 194).

⁸ Howorth realça as dificuldades com que se deparavam os Estados membros da NATO no seguimento dos ataques do 11 de Setembro. As divergências entre os membros da Organização tornavam o retorno da França na Organização do Tratado do Atlântico Norte contestável e as relações transatlânticas sem futuro, segundo este autor (Howorth, 2002: 1001-1016).

continente europeu tornou-se tão improvável como desnecessária ou simplesmente indesejada em tempos de paz. Apesar das críticas, os países membros da NATO sempre se mostraram empenhados em manter a Organização do Tratado Atlântico Norte em funcionamento (Ver Dumoulin, 2006). Após uma redefinição dos seus conceitos estratégicos e dos seus objectivos dirigidos sobre operações de *Peacekeeping* no continente europeu e várias adesões dos antigos países membros da União Soviética, a NATO representa cada vez mais um instrumento privilegiado da segurança e estabilidade no continente europeu como se pôde observar durante a resolução dos conflitos nos Balcãs em 1999 (Glume, 2004: 23).

No entanto, apesar de os ataques do 11 de Setembro de 2001 provocarem um movimento repentino de solidariedade, o efémero entendimento foi rapidamente manchado pelas reticências de duas potências europeias, a Alemanha e a França, acerca da intervenção das forças da NATO no Afeganistão e no Iraque. Consideradas como uma falha sem precedente na relação entre os seus membros pró-americanos e a oposição do eixo franco-alemã, este desacordo deu origem ao unilateralismo americano acusado de iniciar a decadência da Organização do Tratado Atlântico Norte. No entanto, Arthur Stein realça que “*a crítica acerca do unilateralismo americano apenas faz sentido num mundo onde os Estados efectivamente não agem unilateralmente*” (Stein, 2008: 201). Sempre que apareceram falhas no seio da NATO, os apologistas de uma Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) autónoma e livre da influência americana lançaram e acentuaram os esforços de construção de uma força militar europeia de maneira a garantir a independência da defesa do continente europeu. Longe de isso se ter concretizado, podemos observar

hoje em dia que a NATO representa o principal, senão o único verdadeiramente significativo, instrumento de defesa da política externa europeia. Com o regresso da França como membro integrante em 2008, com a crise económica e com o reconhecimento por parte das elites europeias das fragilidades de uma PESD carecendo do apoio logístico ou financeiro dos Estados Unidos, a NATO beneficia actualmente da maior legitimidade desde o fim da Guerra Fria e apresenta uma coesão inédita entre os seus membros desde a saída da França em 1966. A aproximação observada entre a França de Nicolas Sarkozy, a Alemanha de Angela Merkel e os Estados Unidos da América de Barack Obama deu origem a uma segunda vida da Organização do Tratado Atlântico Norte (Montgrenier, 2009: 6).

Os elementos inovadores deste estudo baseiam-se nos acontecimentos observados entre 2007 e 2009. Estas datas marcam um contexto histórico particular. Primeiro, verificamos o início da crise económica que levou à redefinição das prioridades dos Estados membros da NATO em termos de investimento (2007). A seguir, o regresso da França como membro da Organização (2008) e o recente envio de tropas para o Afeganistão por parte de uma NATO solidária (2009). Por fim, desde a eleição do Presidente americano Obama, observamos a convergência dos interesses geopolíticos entre os Estados Unidos da América e a União Europeia. O estado do conhecimento teórico desde 2007 é limitado e as análises que se debruçaram sobre a Organização do Tratado Atlântico Norte são escassas ou parciais. Os artigos e publicações revelam-se técnicas e específicas. Contudo,

algumas análises que notifico a seguir merecem uma atenção particular no âmbito deste estudo por ajudarem a percebê-lo.

Zecchini argumenta que a NATO perdeu a sua importância dada a posição hegemónica dos Estados Unidos da América. No sentido de Kenneth Waltz, uma aliança é mantida enquanto permite à potência dominante assegurar a sua influência (Waltz, 1998). Dado que os Estados Unidos lideram o mundo sem contestação, estes autores consideram desnecessária a permanência da Organização do Tratado Atlântico Norte.

“Os americanos tornaram claro para os seus aliados que pensam poder organizar uma resposta mais efectiva se actuarem isolados (...), não necessitam mais da NATO quando instalam bases nos longínquos e inacessíveis territórios das antigas repúblicas da União Soviética da Ásia central” (Zecchini in Pezarat Correia, 2004: 138).

No entanto, o empenho político, financeiro e os meios disponibilizados pelos Estados Unidos no seio da estrutura da NATO, o desenvolvimento de parcerias e a redefinição das missões a par das modificações do contexto internacional e particularmente a solicitação recente (Dezembro 2009) das forças na Organização do Tratado Atlântico Norte para o envio de tropas para o Afeganistão revelam que a NATO continua a desempenhar funções essenciais para a política externa dos Estados Unidos e dos restantes membros da Aliança Atlântica (Ver Guillot, 2009).

Dumoulin declara que a existência da NATO apenas depende da evolução da política de defesa da União Europeia. Segundo este autor, a construção de uma Política Externa de Segurança e Defesa provoca uma duplicação desnecessária dos meios militares e das despesas para os Estados europeus. Além disso as parcerias

desenvolvidas pela NATO com os países do leste europeu entram em competição com as políticas europeias da “vizinhança imediata” com os países fronteiriços da União Europeia (Dumoulin, 2006). Contudo, podemos verificar que as políticas da NATO continuam a beneficiar de um suporte logístico, financeiro e político significativo apesar da construção de uma política europeia de defesa. Por outro lado, a duplicação dos meios militares, quer em termos de pessoal militar quer em termos de equipamentos e armas não se observa dado que acordos de parceria assinados entre a NATO e a União Europeia (UE) prevêm a ambivalência funcional das tropas e dos meios militares disponibilizados pelos Estados europeus no seio da Organização do Tratado Atlântico Norte (Ver Géré, 2005).

Serge analisa a redefinição das políticas e missões da NATO com cepticismo. Segundo este autor, o alargamento da Organização do Tratado Atlântico Norte testemunha de um vazio de legitimidade da permanência da NATO como organização de defesa. Como o General De Gaulle em 1966, Serge considera que os Estados Unidos não se deslocariam ao território europeu se ocorresse um ataque e consequentemente realça a falta de uma qualquer organização significativa e efectiva da defesa do continente europeu (Serge, 1997: 3). Dez anos depois da sua argumentação, vários são os jornalistas que concordam com Serge. Contudo, a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) carece de verdadeira fundamentação prática em termos de *high politics*⁹ apesar de muitos denunciarem a

⁹ Petiteville lembra os fundamentos do Realismo clássico para demonstrar que a União Europeia não é capaz de conduzir políticas de segurança e defesa: “a inaptidão da UE em *high politics*” (Petiteville, 2002: 152-153). A esfera de *high politics* representa a política externa, a esfera de *low politics*, a política interna. No caso de integração intergovernamental, verificamos uma interligação a nível das

dominação americana na orientação da estratégia da NATO, consideramos que, tanto para os Estados europeus cujos orçamentos sofrem directamente os efeitos crise de 2007 como para países parceiros, a NATO representa em 2009 o único meio de assegurar a defesa¹⁰. Para grande parte dos países europeus, o constrangimento que a dominação americana representa é insignificante quando comparada com o benefício que a sua participação na NATO representa em caso de ameaça ao seu território (Telo, 2009: 24).

Rastbeen declara que a NATO não tem razão de ser desde que verificamos o desaparecimento do clima de confronto entre o bloco ocidental e o bloco soviético a partir de 1989. Segundo este autor, a ausência de ameaças directas à integridade do território dos Estados membros da Organização do Tratado Atlântico Norte tornam dispensáveis as políticas de defesa no seio da NATO (Ratsbeen, 2008: 13). Contudo, embora as ameaças à integridade e à segurança da população dos Estados membros da Organização do Tratado Atlântico Norte se intensifiquem, verificamos desde os ataques do 11 de Setembro de 2001 várias dinâmicas que deixam clara a necessidade de uma defesa militar integrada entre os países ocidentais. Quer se trate de ameaças assimétricas, das tensões no Médio Oriente, da potência chinesa ou ainda dos conflitos pontuais na fronteira da União Europeia, podemos observar um significativo movimento de solidariedade entre os Estados ocidentais. O ambiente geopolítico internacional agravado com as dificuldades financeiras deste novo século deu um novo impulso à tradicional “família ocidental” (Montgrenier, 2009: 6).

políticas externas militares e uma cooperação a nível das políticas sociais, económicas e jurídicas (Battistella, 2006: 380).

¹⁰ Nesta situação encontramos o Japão cuja constituição não autoriza a constituir um verdadeiro exército de cariz internacional defensivo. Através de investimentos financeiros na NATO, o Japão assenta o seu papel de potência internacional.

Numerosos são os autores e jornalistas que anunciam a desintegração da NATO e que denunciam as divergências entre os seus Estados membros (Gaspers, 2009). Contudo, observamos ao longo de 60 anos que a Organização do Tratado Atlântico Norte evoluiu e sofreu uma verdadeira consolidação, quer a nível estrutural, quer a nível das suas políticas e missões. Como podemos explicar que a NATO seja ainda em 2009 indispensável na definição da política externa dos Estados ocidentais membros da Aliança Atlântica?

De maneira a sustentar a minha argumentação e justificar da relevância desta dissertação, este estudo baseia-se no novo conceito de “interdependência defensiva” definida como uma integração regional de grande escala e de natureza defensiva. Este conceito baseia-se na teoria intergovernamentalista de Hoffmann e na teoria construtivista de Wendt¹¹.

A novidade deste conceito encontra-se na vertente defensiva, estratégica e militar, da cooperação ou integração intergovernamental¹². Tendo observado que as teorias da integração limitam o intergovernamentalismo a campos técnicos ou à esfera da *low politics*¹³, pretendo mostrar que a NATO representa um pilar militar, uma ponte do inter-governamentalismo original ao inter-governamentalismo na esfera da *high politics* entre os países ocidentais. Isto é, como organização defensiva altamente integrada na União Europeia e na qual os seus membros estão fortemente

¹¹ O enquadramento teórico da NATO é efectuado de maneira mais completa no capítulo 1.

¹² Utilizamos os conceitos de cooperação e integração intergovernamental enquanto interligação e interdependência forte entre as políticas dos governos signatários do Tratado do Atlântico Norte no quadro de objectivos comuns.

¹³ Constatação derivada da leitura da obra de Battistella (Battistella, 2006).

ligados, a NATO permite assegurar o campo da política externa dentro do *spill over*¹⁴ travado da União Europeia. Além disso, a participação solidária dos países europeus membros da NATO representa uma integração inter-governamental defensiva entre os países da região transatlântica superando de várias formas a simples aliança militar como definida em 1949 ou a simples comunidade de segurança definida por Deutsch (Ver Alder e Barnett, 1998). A percepção da NATO como pilar da cooperação inter-governamental entre o continente Norte americano e o continente europeu tornou-se ainda mais actual e forte com as tensões exacerbadas entre a Rússia e os países ocidentais a seguir ao conflito com a Geórgia em 2008 ou ainda sobre a questão do nuclear iraniano e, ainda mais, no contexto de crise económica actual¹⁵.

De um ponto de vista metodológico, esta dissertação baseia-se principalmente em fontes primárias e secundárias que representam a pedra basilar desta análise. O objecto de estudo deste trabalho foi definido ao ritmo de entrevistas exploratórias a académicos da área de Relações Internacionais especializados na política externa da Europa e dos Estados Unidos. O corpo deste estudo também beneficiou de entrevistas a oficiais da NATO. A partir das informações recolhidas, novas entrevistas de cariz primárias foram organizadas durante uma visita à base da Organização do Tratado do Atlântico Norte em Bruxelas (ver anexo 3) e no decorrer da visita do Secretário-Geral da Aliança Atlântica Anders Fogh Rasmussen a Lisboa

¹⁴ Fenómeno definido por Haas e definido por Lindberg como “uma situação na qual uma acção dada, em relação a uma meta específica, cria uma situação na qual o objectivo inicial só pode ser atingido através de novas acções que por sua vez criam as condições e as necessidades de outras acções concertadas” (Lindberg, 1963: 10). Este movimento provoca uma “dinâmica ascendente de integração económica para a unificação política final” (Battistella, 2006: 373).

¹⁵ Ver debate dirigido por Melissa Dell (France 24, 2009).

(ver anexo 2). O contacto com as estruturas da Aliança Atlântica e com oficiais representantes de Estados membros da NATO trouxe esclarecimentos directos sobre os aspectos e desenvolvimentos abordados neste trabalho. As entrevistas realizadas neste âmbito contribuiram para finalizar os argumentos da dissertação.

Esta dissertação pretende verificar as seguintes hipóteses:

Primeiro, se observamos uma ligação estreita entre os Estados membros a nível da política externa no seio da NATO e uma integração e convergência das suas políticas de segurança e defesa sem possibilidade de adoptarem atitudes e comportamentos revisionistas por não servir de todo o interesse defensivo de cada um, então podemos dizer que a NATO representa um pilar defensivo europeu e a institucionalização de uma sólida interdependência defensiva entre o continente Norte-americano e Europeu.

Segundo, se os Estados membros decidiram redefinir o Conceito Estratégico de maneira a actualizar as missões e os objectivos da NATO, então podemos dizer que o empenho político conjugado com a vontade de expansão geográfica da Organização do Tratado do Atlântico Norte mostra que a parceria entre os Estados da região do Norte Atlântico é importante para todos os Estados membros.

Terceiro, se a França decidiu reintegrar totalmente a NATO apesar do seu tradicional empenho para a defesa da autonomia europeia e de uma vontade declarada de escapar à ditadura geoestratégica americana, podemos dizer que os

desafios em termos de segurança e a urgência de uma resposta conjunta à subida das tensões a nível internacional num contexto de crise económica tornaram a NATO a única forma organizacional capaz de garantir a defesa da região do Atlântico Norte.

Quarto, se os Estados Unidos mostram um contínuo e alto empenho nas políticas e no financiamento da NATO é porque existem por parte desse país interesses geoestratégicos na estabilidade do continente europeu e na permanência da Organização do Tratado Atlântico.

Para responder à problemática enunciada e testar as hipóteses abordadas, este estudo define a seguinte estrutura.

No primeiro capítulo é efectuado o enquadramento teórico no âmbito da teoria intergovernamentalista de Moravcsik e da teoria construtivista de Wendt. Para além disso, é evocado o impulso da teoria realista de Morgenthau na criação da Aliança do Atlântico Norte e a influência das teorias institucionalistas no enraizamento da NATO na política externa dos Estados membros, de maneira a contextualizar da melhor forma o objecto de estudo desta dissertação. De forma a testar a primeira hipótese referida, este primeiro capítulo é construído a partir das diferentes correntes teóricas em confronto na esfera científica das Relações Internacionais.

No segundo capítulo relembramos a evolução histórica, estratégico-conceptual e política que a NATO sofreu desde a sua criação para melhor compreender a sua posição no sistema internacional e a sua importância para os seus Estados membros. O segundo capítulo baseia-se nos dados históricos da evolução da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

No terceiro capítulo, esta dissertação debruça-se sobre a sinergia verificada entre a Política Europeia de Segurança e Defesa e a política da NATO de forma a mostrar que, à luz dos acontecimentos mais recentes, a PESD se encontra limitada, quer na sua política quer de um ponto de vista financeiro, o que mantém a NATO no seu papel de líder defensivo entre os Estados ocidentais. A partir dos dados logísticos da UE e da NATO, este capítulo pretende realçar a dinâmica europeia da NATO, cujo interesse geopolítico em manter a cooperação entre os Estados membros do Tratado é central, de forma a verificar a dependência europeia à relação transatlântica.

O capítulo quatro pretende analisar a importância da participação na condução e definição da política de defesa no quadro da NATO para os Estados Unidos da América. Desta forma, aborda o pilar americano da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Este último capítulo apoia-se em relatórios económicos e no comportamento político do Governo americano para com a NATO para confirmar o interesse dos EUA na Aliança do Atlântico Norte.

A organização escolhida para este trabalho pretende dar a entender o novo impulso dado a uma identidade ocidental renovada à luz da recente coesão provocada no seguimento dos ataques do 11 de Setembro de 2001, e em resposta à emergência de novas ameaças para a segurança dos Estados ocidentais, como a potência do Estado chinês e as tensões no Médio Oriente, num contexto de crise económica. Através dos casos observados e da resposta cooperativa verificada e considerada urgente frente aos desafios do Século XXI, esta tese conclui que, dada a interdependência transatlântica em termos de segurança e defesa existente, a Organização do Tratado do Atlântico Norte é o único garante da segurança e da defesa da região do Atlântico norte. Além disso, apesar das tensões denunciadas em torno da crise iraquiana, a Cimeira do G20 de 2 de Abril de 2009 em Londres testemunha da ligação forte entre os dois pilares – americano e europeu - da NATO (Affaires Publiques, 2010).

Capítulo 1. A NATO, um desafio teórico constante.

“Um complexo de segurança define-se por um grupo de Estados cujas preocupações primordiais de segurança são de tal maneira interligadas que a segurança de nenhum deles pode ser separada da de outros”

(Battistella, 2006: 477)

Introdução

A evolução da política relativa à NATO surpreendeu numerosos teóricos das Relações Internacionais ao longo das décadas. No âmbito deste capítulo pretendemos mostrar de que maneira a NATO foi encarada pelas teorias das Relações Internacionais a partir da data da assinatura do Tratado em 1949 até 2009. Desta forma, queremos realçar o carácter único da Organização do Tratado Atlântico Norte criada a partir de uma aliança por definição temporária com um objecto definido e que se tornou em 60 anos numa organização político-militar integrada e permanente. À luz da cooperação internacional crescente e da construção progressiva de uma organização central na política de segurança dos países ocidentais, este estudo introduz o conceito de interdependência defensiva definida como uma integração forte a nível da política de defesa tanto a nível do processo de tomada de decisões como a nível da contribuição financeira e logística. Se podemos observar um fenómeno intenso de integração político-militar entre as políticas de segurança conduzidas pelos Estados membros ou parceiros da NATO, então a Organização do

Tratado Atlântico Norte representa uma aplicação única e original de uma integração intergovernamental a nível da *high politics*¹⁶.

I. A NATO de 1949 à luz do Realismo Clássico

Aquando da assinatura do Tratado Atlântico Norte em 1949, o contexto internacional e a consideração dos Estados entre eles deram origem à assinatura de um tratado defensivo a partir do qual foi criada a aliança militar entre os Estados ocidentais do Atlântico Norte¹⁷. Destinada a combater o avanço e a influência soviética sobre o mundo ocidentalizado, a Aliança Atlântica beneficiou de um contexto histórico e político particular que levou à sua criação. O Tratado Atlântico Norte fundamenta-se no Artigo 5º do Tratado que declara que “*um ataque armado proferido contra um ou vários Estados membros da Europa ou da América do Norte será considerado um ataque contra eles todos*” (Morgenthau, 1967: 510). Desta forma, o Tratado do Atlântico Norte representa a contratação de uma segurança colectiva a partir da resistência de um grupo a uma ameaça comum. Em 1949, a ameaça comum aos Estados signatários do Tratado resume-se ao bloco soviético. A URSS e a sua zona de influência na Europa de Leste constituíam uma ameaça directa para a sobrevivência dos Estados ocidentais e para os valores defendidos pelas culturas e tradições europeias e americanas como a Liberdade e a Democracia. Os Estados ocidentais encontravam-se unidos no mesmo combate (Boniface, 2005: 36).

¹⁶ Lembrámos que por *high politics* entende-se a política externa, política que visa assegurar defesa da integridade territorial em termos de segurança nacional (Battistella, 2006: 180).

¹⁷ O Tratado foi assinado em Washington entre 12 países ocidentais entre 1949 e 1952: Bélgica, Holanda, Reino Unido, Luxemburgo, Dinamarca, Islândia, Itália, Noruega e Portugal primeiro, Grécia, Turquia, Alemanha assinaram depois (NATO Handbook, 2006: 17).

A aliança designada a partir do Tratado do Atlântico Norte e constituída por Estados plenamente soberanos representa, ao abrigo da teoria realista clássica, uma resposta temporária a uma ameaça definida e imperativa. Segundo Hans Morgenthau, a Aliança Atlântica de 1949 não é fundamentalmente diferente da definição de aliança militar tradicional. Isto é, aquando da sua criação, a aliança entre os Estados ocidentais signatários do Tratado do Atlântico Norte foi formada num contexto de precário equilíbrio de poderes entre duas superpotências em concorrência para a dominação político-cultural do mundo: por um lado, os Estados Unidos da América e o seu modelo ocidental capitalista e liberal e, do outro, a União Soviética comunista e totalitária. Uma aliança cuja criação provém da situação específica da confrontação entre dois Estados ou dois blocos de Estados ou ainda contra uma potência hegemónica, necessita de vários elementos para existir: primeiro, uma ameaça comum identificada e iminente (neste caso a União Soviética); Segundo, a impossibilidade para os Estados de se defenderem sem a comparticipação de outro(s) Estado(s); Terceiro, a vontade para o Estado mais potente de unificar um número importante de Estados à sua volta de maneira a limitar a expansão e a potência do seu adversário. Em 1949, as três condições que acabamos de realçar estão presentes. Identificado um interesse comum, os Estados têm, segundo Hans Morgenthau, três soluções:

“Podem aumentar a sua própria potência, podem adicionar a sua própria potência à potência de outros Estados, ou podem reter a potência de outros Estados a partir dos seus adversários. Quando fazem a primeira escolha, embarcam numa corrida ao armamento. Quando escolhem a segunda e terceira alternativa, perseguem uma política de alianças.” (Morgenthau, 1967: 175).

Uma aliança pressupõe uma concertação política e uma comunidade de interesses e objectivos que limitam a margem de manobra dos Estados ligados no seio do Tratado. Mas os benefícios em termos de segurança e a garantia defensiva que a aliança subentende, levam os Estados a unirem as suas capacidades militares momentaneamente. A Aliança Atlântica foi claramente criada no âmbito de uma luta entre duas potências e com o objectivo de contrabalançar a ameaça soviética (Smouts et al., 2006: 193).

Tendo considerado a análise realista clássica da Aliança Atlântica, podemos no entanto observar que a NATO permanece um instrumento central na política de defesa dos Estados membros. Apesar do carácter fundamentalmente temporário da aliança militar definida pelos principais autores realistas como Tucídides, Morgenthau ou Carr, verificamos após o desaparecimento da ameaça soviética em 1989 a permanência da Aliança Atlântica e ainda a institucionalização do Tratado do Atlântico Norte e a construção de uma verdadeira organização política e militar permanente.

II. O debate neo-realista – neo-liberal.

“Uma Aliança vitoriosa não é destinada a sobreviver às condições que a viram nascer” (Montgrenier, 2007: 2). Tal como a Aliança Santa de 1815, a Liga dos três Imperadores de 1873¹⁸ ou a Aliança franco-russa de 1894, a Aliança Atlântica deveria ter sido temporária e acabar com o seu objecto de criação, isto é, com o fim da Guerra Fria que a viu existir. Kenneth Waltz, teórico neo-realista foi uma das

¹⁸ Entre a Áustria, a Alemanha e a Rússia.

vítimas do paradoxo que envolve a NATO no seio das teorias das Relações Internacionais. Waltz, tendo encarado a Aliança Atlântica como uma aliança militar tradicional, foi directamente surpreendido pela sua institucionalização e a permanência da sua estrutura organizacional apesar da ameaça à qual respondia ter desaparecido com o colapso da União Soviética (Waltz, 1998: 5). Anteriormente, na sua obra de 1993, Waltz anuncia o fim da NATO e a sua desintegração progressiva a seguir ao fim da Guerra Fria entre os dois blocos ocidental e soviético (Waltz, 1993: 79). Uma acepção do realismo clássico segunda a qual

“Alianças em geral são tipicamente de curta duração e mais prevalentes em tempo de guerra; para o primordial interesse comum em ganhar a guerra e a segurança através da instalação da Paz. Os interesses para os quais a guerra foi travada até ceder, uma vez que uma vitória é conquistada e os tratados de paz são assinados, regressam para uma tradicional distinção e frequente incompatibilidade de interesses das nações individuais” (Morgenthau, 1967: 179).

No entanto, em 1998, Kenneth Waltz evidencia que a NATO é mais um *“tratado de garantia que uma aliança militar à moda antiga”* (Waltz, 1998: 5). Baseando-se nessa transformação estrutural, Waltz explicou a institucionalização da Aliança de 1949 após o fim da Guerra Fria mas manteve a visão fatalista de um final irremediável e próximo da cooperação militar ocidental: *“As alianças não têm razão de ser além da ameaça inimiga à qual respondem”* (Snyder, 1997: 192).

A sobrevivência da Aliança Atlântica na forma de instituição deve-se, segundo Waltz e à corrente neo-realista que representa, a vários elementos: Primeiro, a fraqueza dos Estados europeus no que toca à segurança e defesa torna a NATO indispensável em termos de política externa. A incapacidade dos países membros da União Europeia em desenvolver uma verdadeira política externa conjunta explica

que os Estados Unidos da América sejam um aliado privilegiado dos Estados europeus. Segundo, ao contrário das alianças tradicionais entre potências equivalentes e de tamanhos homogêneos, a Aliança Atlântica baseia-se na liderança americana e não numa dependência mútua¹⁹ (Waltz, 1998: 5).

Seguindo esta lógica, a NATO apenas é alimentada pelos interesses dos Estados Unidos da América em difundir a sua influência política e militar sobre o mundo ocidental e ainda mais sobre as potências mais fracas do globo. O terceiro elemento utilizado por Waltz para explicar a institucionalização da Aliança Atlântica encontra-se na burocratização da cooperação político-militar no seio da Aliança Atlântica e na legitimidade e receptividade de que beneficia no âmbito da política doméstica americana (Waltz, 1998: 7).

Resumindo o pensamento neo-realista, a institucionalização da NATO resulta do interesse dos Estados Unidos da América em manter a sua influência no seio de uma aliança entre os Estados ocidentais que lhe garante uma posição de superpotência incontestada no seio do Sistema Internacional (Battistella, 2006). Enquanto a Aliança Atlântica representa um instrumento capital na defesa dos interesses do Estado americano, a NATO permanecerá uma instituição político-militar de defesa dos Estados ocidentais apesar da destruição da ameaça soviética. Dito de outra maneira:

“Arranjos institucionais são melhor explicados pela distribuição de recursos e de potência nacional [e] é o peso dos Estados fortes, que dita as regras” (Krasner, 1991: 342).

¹⁹ Waltz ilustra este argumento pela falta de consequências aquando da saída da França, um dos membros centrais da Aliança, em 1966. No seio de uma aliança tradicional, atitudes revisionistas por parte de um Estado signatário conduz a um desequilíbrio de potência na origem do colapso da aliança. Neste caso, a NATO perseguiu as suas missões (Waltz, 1998: 5).

A argumentação das teorias neo-liberais institucionalistas é fundamentalmente oposta à tese neo-realista. Longe de encarar a NATO do final do século XX como um mero instrumento da política externa americana, os autores da teoria institucionalista liberal como Keohane, acreditam que a transformação progressiva da Aliança Atlântica de 1949 em uma instituição de cooperação político-militar entre os países ocidentais se deve a uma vontade das potências ocidentais de juntarem as suas capacidades militares e de concordarem as duas políticas de maneira a atingirem objectivos comuns (Keohane e Martins, 1995: 40). A NATO beneficia para isso da contribuição e da participação dos seus Estados membros para a condução das políticas da Organização (Martins e Simmons, 1998: 737). Keohane declara

“a persistência da cooperação militar após a década de 70 e a seguir à Guerra Fria sugere que a estabilização da balança de poderes a nível institucional não significa obrigatoriamente o fim da cooperação intergovernamental dado que esta assenta em interesses políticos comuns entre os Estados que cooperam” (Keohane, 1984: 9).

A teoria institucionalista neo-liberal realça a estrutura organizacional da NATO durante a Guerra Fria para explicar a sua permanência. Dirigida de maneira centralizada e a partir de acordos e negociações entre os Estados membros, a NATO apresenta um modelo novo de organização funcional desde a sua criação constituída por vários elementos²⁰: O Conselho do Atlântico Norte (Autoridade Suprema), um Secretário Internacional, Comissões técnicas especializadas, uma Comissão Militar e vários Comandos supremos (Correia, 2004: 135-136). Já nas palavras traduzidas de Hans Morgenthau se percebe a originalidade da Organização do Tratado Atlântico Norte:

²⁰ Para mais detalhes consultar o NATO Handbook de 2006.

"incluindo as políticas militares, económicas e financeiras das nações membros [da NATO é] a mais ambiciosa criação das novas agências funcionais que tenta trazer novos procedimentos aos governos internacionais de maneira a suportar em um campo técnico específico uma finalidade comum" (Morgenthau, 1967: 511).

Tal máquina institucional facilita a cooperação entre os Estados membros da Organização (Plano e Olton, 1979: 288), pois uma instituição é definida como

“uma entidade duradoura e coerente²¹ de regras formais e informais que prescrevem o comportamento, função, constroem as actividades e moldam as expectativas dos actores” (Keohane, 1989: 163).

Na tradição neo-liberal, a institucionalização da NATO deu origem a uma sólida cooperação político-militar entre os Estados membros da Organização do Tratado Atlântico Norte. A cooperação é definida por Irondelle como *“a colaboração para atingir um ou vários objectivos comuns ou o objectivo de um dos participantes mas que pressupõe a implicação dos outros”* e, de forma mais abrangente, a cooperação é entendida como *“uma situação onde os actores ajustam os seus comportamentos a preferências reais ou antecipadas de outros actores através de um processo de coordenação”* (Irondelle, 2008: 1).

O institucionalismo histórico mostra que uma instituição como a NATO que começou com um número reduzido de Estados para conduzir uma política de expansão até contar 26 Estados membros em 2006, pode permanecer à volta de objectivos comuns apesar da ameaça original ter desaparecido (Stein, 2008: 206). Apesar das previsões neo-realistas de Waltz, podemos verificar que além da Aliança Atlântica se ter institucionalizado, transformou-se progressivamente em uma

²¹ *“Connected”* é a palavra usada por Keohane (Keohane, 1989: 163).

organização intergovernamental integrada no domínio da política externa. Sendo um exemplo único de cooperação intensa no domínio da política de defesa e se tomamos em conta as previsões neo-liberais, a NATO levou a cooperação militar a um estado superior de interdependência a partir da redefinição política e estratégica de 1999. Nenhum outro continente conhece tal grau de institucionalização em termos de defesa que a região do Atlântico Norte (Gauchon, 2008: 300).

III. A NATO, explicação construtivista e intergovernamentalista.

A teoria construtivista representa uma abordagem original da NATO onde a interdependência e a cooperação entre os países membros toma todo o sentido. Como consideramos que a permanência da NATO tal que existe no Sistema internacional actual se enquadra na visão da comunidade pluralista de segurança desenvolvida por Wendt, inspirada da noção de comunidade de segurança definida por Deutsch e do complexo de segurança de Buzan. Karl Deutsch delimitou duas formas de comunidade de segurança (unificada e pluralista) e conduziu um estudo sobre a zona do Atlântico Norte para determinar em que condições podia existir uma comunidade de segurança²². O autor define uma comunidade de segurança da seguinte forma:

“são entidades políticas integradas, conscientes que os seus problemas comuns podem/devem ser resolvidos de maneira pacífica por via de procedimentos institucionais sem recurso à força física” (Deutsch, 1957: 5).

Mais tarde, Buzan salientou a noção de complexo de segurança segundo um modelo de anarquia localizada na qual

²² As condições evocadas são as seguintes: compatibilidade dos princípios fundamentais da elite política, simpatia mútua, *we-feeling*, confiança e comportamento previsível.

“um grupo de Estados cujas preocupações primordiais de segurança são de tal maneira interligadas que a segurança de nenhum deles pode ser separado da de outros” (Battistella, 2006: 477).

Foi a partir das visões de Deutsch e Buzan que Wendt desenvolveu o conceito de comunidade de segurança²³. No que toca à NATO, interessa-nos apenas a definição da vertente pluralista da comunidade de segurança de Wendt. Considerada como o resultado prático final da comunidade de segurança pluralista, Wendt declara

“A Aliança Atlântica é, não uma aliança mas sim uma comunidade de segurança pluralista e um sistema de segurança colectiva. A sua sobrevivência e a sua expansão desde o fim da Guerra Fria provam que não é uma simples aliança porque o próprio de uma aliança é de ser temporária e de ser dirigida contra uma ameaça bem identificada no tempo e no espaço; porém, se a Aliança Atlântica pôde ser criada sobre tal base interessada face à ameaça soviética, evoluiu para relações de amizade entre os Estados membros que se sentem ligados entre eles por um we-feeling, um sentimento de solidariedade e de identidade colectiva” (Wendt, 1999: 305).

Wendt sustenta que a integração político-militar que se verifica entre os Estados membros da NATO se deve à existência de uma cultura anárquica Kantiana²⁴ entre os países da zona do Atlântico Norte em que, apesar da rivalidade se manter em relação ao exterior, dentro da Organização do Tratado Atlântico Norte, os Estados consideram-se como amigos, mais do que aliados como em 1949. Apesar de reconhecer a existência de divergências entre os Estados membros da NATO, segundo Wendt, os desacordos pontuais não impedem que a NATO seja uma

²³ Existem dois tipos de Comunidade de Segurança segundo este autor, a Comunidade de Segurança Pluralista (vários Estados) e a Comunidade de Segurança Unificada (no caso de uma Federação de Estados politicamente integrados) (Wendt, 1999: 300).

²⁴ Existem segundo Wendt três tipos de cultura anárquica, a cultura anárquica de Kant onde os Estados se consideram como amigos e onde o uso da força não é uma opção, a cultura anárquica de Locke onde os Estados são rivais e cooperam não por simpatia mas somente para atingir interesses nacionais e uma cultura anárquica de Hobbes que existe em Estado de guerra e onde os Estados são inimigos (Wendt, 1999: 246-307).

entidade onde as políticas de segurança e defesa se integram ao abrigo de uma identidade colectiva ocidental (Battistella, 2006: 312).

Se Wendt insiste no carácter colectivo e na integração militar observada entre os países membros da NATO, tal não é o caso com as teorias intergovernamentalistas. Além de não se debruçarem sobre o caso da NATO em particular mas sim sobre a integração e o fenómeno de *spill over* na construção de uma União Europeia, os autores da teoria intergovernamentalista deixam de parte o domínio da política externa nos seus estudos. No entanto, alguns elementos podem ser adaptados para a análise da integração das políticas no seio da NATO apesar de rejeitarem a possibilidade de integração defensiva.

Stanley Hoffmann, o pai do intergovernamentalismo clássico, excluiu a política externa de qualquer processo integrativo dada a inevitável salvaguarda da soberania pelos Estados. A integração é possível desde que a soberania do Estado não seja atingida. Hoffmann fala de “integração negativa” (Hoffmann, 1966: 71-106). Adrew Moravcsik, intergovernamentalista liberal, suaviza o ponto de vista de Hoffmann quando introduz as negociações estratégicas baseadas na racionalidade dos Estados. Isto é, sobre o impulso da sociedade civil, um governo pode entrar numa situação de negociação estratégica intensa até se verificar uma integração governamental. No entanto, a falta de interesse por parte da sociedade civil em relação à política externa leva Moravcsik a rejeitar uma verdadeira e sólida integração defensiva (Ver Moravcsik, 1999).

Ao contrário da tese neo-funcionalista que não toma em conta o contexto externo da integração, o intergovernamentalismo mostra a ligação entre a integração económica e monetária e a observação de uma integração em termos de política externa (Battistella, 2006: 378-388). Contudo, estas duas teorias baseiam-se no estudo da União Europeia. Os acontecimentos políticos recentes como a definição de uma Política Europeia de Segurança e Defesa autónoma e activa e o questionamento à volta do Tratado de Lisboa mostram que o caso europeu não serve de referência para explicar uma impossibilidade teoricamente determinada de integração defensiva. As dificuldades de integração defensiva no continente europeu levam-nos a considerar o caso europeu como uma causa directa à existência de um processo cada vez mais solidário de integração militar entre os Estados membros da NATO (Veit, 2005: 7).

Dito de outra maneira, consideramos que não se pode contestar uma qualquer integração defensiva no seio da NATO baseando-se no caso da União Europeia por serem entidades diferentes de um ponto de vista fundamental, histórico e estrutural. Se o intergovernamentalismo se define como um fenómeno de cooperação intensa entre vários Estados, onde os comportamentos revisionistas são excluídos, na origem de uma interdependência crescente e baseada em princípios colectivos, os objectivos partilhados, então a NATO representa a prática de uma interdependência a nível defensivo.

Conclusão

A partir da teoria clássica, através do debate entre neo-liberais e neo-realistas, e passando pelas teses construtivistas e intergovernamentalistas, este capítulo visou mostrar a evolução conceptual que a NATO desenhou ao longo de seis décadas de existência. Podemos realçar períodos significativos como 1949, em que foi uma aliança, e entre 1989 e 1999, quando verificamos a sua institucionalização e a redefinição das suas missões e objectivos. Após a curva observada em 1999 e sobretudo no seguimento dos ataques do 11 de Setembro de 2001 e no surgimento de novas ameaças directas aos Estados membros, podemos falar de uma comunidade de segurança pluralista de defesa ao abrigo da definição feita por Wendt.

A interdependência defensiva entre os Estados do continente do Atlântico Norte e do continente europeu exacerbada de maneira flagrante com a crise económica de 2007, marca um período de forte solidariedade no âmbito da política externa ocidental no seio da NATO, a única organização político-militar capaz de proteger os seus Estados membros, particularmente os Estados do continente europeu.

O próximo capítulo irá demonstrar como as recentes políticas dos Estados membros e os seus investimentos financeiros são o sinal de um interesse renovado no decorrer dos eventos provocados pelas ameaças contemporâneas.

Capítulo 2. Evolução política da NATO.

“Uma aliança vitoriosa não se destina a sobreviver às condições que a viram nascer”

(Montgrenier, 2007: 2)

Introdução

Em 2009, a NATO celebrou seis décadas de existência. Esta aliança defensiva que todos destinavam à dissolução quando a Guerra Fria terminasse, conseguiu manter os seus objectivos e as suas missões contemporâneas. A NATO soube actualizar a sua estratégia de tal forma que nunca foi verdadeiramente encarada a questão do seu desaparecimento (Kalika, 2009: 1).

A NATO permanece um instrumento insubstituível à política externa dos Estados membros dada a interligação acrescida entre os Estados do Sistema Internacional. Várias redefinições do seu conceito estratégico se verificaram ao longo da sua existência pontuadas pelos desafios geopolíticos com que a Organização se defrontou. Além disso, observamos sucessivas vagas de adesão ao Tratado do Atlântico Norte tal como o desenvolvimento de parcerias privilegiadas entre os Estados membros e os seus principais interlocutores geoestratégicos (Asmus, 2002: 353-376).

Este capítulo pretende realçar o interesse dos Estados implicados directa ou indirectamente na Organização do Tratado Atlântico Norte focando as reformas que

se observam na Aliança Atlântica. A sua perenidade servira para demonstrar que a NATO se mantém uma instituição central da política externa dos Estados membros.

Se verificamos uma evolução do Conceito Estratégico da NATO e uma dinâmica de expansão territorial quer a nível dos Estados membros da NATO quer na sua área de intervenção, então podemos afirmar que a NATO permanece o principal garante da segurança e defesa europeia apesar da existência de instituições alternativas. O impulso dado pelos Estados membros na actualização da Organização do Tratado do Atlântico Norte significa que actualmente a NATO beneficia da legitimidade, da envergadura, da influência internacional e da confiança dos actores do Sistema Internacional.

I. A evolução do Conceito Estratégico da NATO deste 1949.

Destinada a desaparecer após o fim da Guerra Fria que a viu nascer, a NATO soube aproveitar os desafios de segurança mundiais e preencher a ausência de uma garantia defensiva alternativa. Consciente das fraquezas da ONU no seguimento do conflito e considerando o vácuo defensivo que daí resultava, os países ocidentais decidiram enraizar a Aliança Atlântica e reforçar o seu papel na política externa de todos os Estados membros (Glume, 2004: 6).

Na base da sua implementação e actualização observaram-se sucessivas redefinições do Conceito Estratégico da aliança nomeadamente em 1991 e 1999²⁵. Cada uma dessas remodelações estratégico-conceptuais resultou do interesse geoestratégico dos Estados membros da NATO em manter e transformar a Aliança Atlântica (Navarro, 2010). No seguimento da Guerra Fria, a oposição clara entre os blocos liderados a Leste pela União Soviética e a Oeste pelos Estados Unidos da América desvaneceu-se. A ameaça soviética tendo desaparecido, parece lógico pensar que com ela se fosse o interesse do Governo americano em salvaguardar a Organização do Tratado Atlântico Norte. No entanto, os Estados Unidos da América foram quem mais se empenhou para a sobrevivência da NATO e desta forma conseguiram a redefinição do seu Conceito Estratégico operado em 1991. Esta data torna-se a mais significativa da transformação da Aliança dado que marca a passagem de uma aliança defensiva à criação de um sistema complexo e completo de segurança colectivo ocidental²⁶ (Wilde in Glume, 2009: 2).

O empenho americano deve-se ao contexto geopolítico que se desenha de imediato a seguir à Guerra Fria. Duas tendências mostram a instabilidade latente do Sistema Internacional de 1990. Primeiro, a queda da União Soviética resultou na emergência de todos os antigos membros da União. Os Estados da Europa central e da Europa de Leste que recuperaram a sua autonomia após o fim da Guerra Fria representavam um vácuo na ordem política europeia e desta forma representavam um perigo para a paz e a segurança mundial (Ver Brzezinski, 1997). Segundo, frente a essa instabilidade verificamos a ausência de um instrumento de defesa concreto no

²⁵ A publicação de um novo Conceito Estratégico está prevista para a Cimeira de Lisboa em Novembro 2010 (Adam, 2009: 2).

²⁶ Ver institucionalização da Aliança defensiva no primeiro capítulo.

Sistema Internacional dos anos 1990. Apesar da existência da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Conferência para a Segurança e Cooperação Europeia (CSCE), nenhuma organização defensiva digna de esse nome era capaz de garantir a defesa e integridade dos Estados ocidentais. Além das falhas da Sociedade das Nações (SDN) ainda estarem presentes na mente dos líderes dos Estados ocidentais, a Organização das Nações Unidas sofreu durante todo o período da Guerra Fria de frequentes paralisações no seio do Conselho de Segurança²⁷. Do seu lado, a CSCE carecia de meios e de funções credíveis para representar uma resposta fiável e eficaz em caso de ataque directo ao território dos Aliados (Serge, 1997: 4).

No que diz respeito aos Estados europeus, a mesma necessidade geoestratégica levou estes últimos a desejarem a protecção dos aliados e a manutenção do sistema defensivo da NATO. A desorientação dos novos vizinhos europeus recém-nascidos a Leste e um potencial aproveitamento por parte da Rússia das suas fraquezas deixou o continente europeu ocidental sem defesa num Sistema Internacional onde a Paz não era de todo certa. Além disso, os Estados europeus também consideravam que o empenho da ONU na resolução dos seus problemas em termos de segurança e defesa dependia da boa vontade das grandes potências do Conselho de Segurança. A integração da Alemanha permanecia uma questão sensível que necessitava de garantias concretas por parte de aliados fortes para que os Estados europeus não se sentissem vulneráveis (Colson, 1997: 67-68).

Frente ao risco caracterizado pela ausência de uma resposta concreta às ameaças que subsistiam no continente europeu, os Estados membros da NATO

²⁷ Galia Glume realça as fraquezas da ONU através de dois aspectos fundamentais: o primeiro reside na ausência de forças armadas próprias e o segundo é o controlo das grandes potências nucleares do Conselho de Segurança sobre as suas políticas (Glume, 2004: 9).

decidiram actualizar as missões da Aliança Atlântica de forma a preencher o vácuo de segurança de que sofriam nos anos 1990. Sob o impulso americano, a NATO deu origem a um novo regime de segurança: a “segurança democrática” definida como

“um regime que representa a projecção da paz democrática à escala regional e internacional, [...] que repousa sobre instituições capazes de assumir os mecanismos que asseguram a paz que se quer positiva. Tais instituições [...] são as da segurança colectiva.” (Blin, 2001: 183).

A NATO transformou-se então aquando da redefinição do seu Conceito Estratégico em 1991, numa organização garante do não uso da força como meio de conduzir a política externa. De maneira a assegurar a estabilidade e a paz no Sistema Internacional, a NATO revestiu as funções de uma “Aliança Universal” (Glume, 2004: 5). Certa da confiança que os Estados membros tinham na NATO, esta aliança defensiva nova geração marcou a evolução do conceito de segurança colectiva (Ver Colson *e al.*, 1995).

No seguimento da sua transformação, a NATO acentuou a desmarcação da sua primeira missão em 1999 e logo a seguir aos ataques do 11 de Setembro de 2001. Contando as operações de manutenção da Paz e a luta contra o terrorismo como novas missões centrais, a NATO respondeu às evoluções do contexto geopolítico internacional e às críticas frequentes quanto à sua coerência e coesão. Foi face à interdependência crescente entre os Estados, à entrada das inovações tecnológicas como acelerador de mudanças e à globalização dos desafios geopolíticos caracterizados pela dispersão das ameaças pelo Sistema Internacional que o consenso entre os Estados europeus e os seus aliados do continente americano levou à redefinição do conceito estratégico de 1999. Legitimado pelo do seu sucesso na ex-

Jugoslávia, o Conceito Estratégico de 1999 é frequentemente actualizado à luz dos eventos internacionais mas continua em vigor até hoje²⁸ (Glume, 2004: 5).

A Aliança Atlântica sempre desempenhou um papel importante para os Estados membros. Seja ela um fórum privilegiado para a cooperação defensiva entre os Estados da região do Atlântico Norte ou um simples garante da segurança e estabilidade internacional, a NATO beneficia de uma legitimidade sem precedente ao longo das suas transformações. Quer no combate ao terrorismo, quer em prol da não proliferação de Armas de Destruição Massiva, a NATO permanece um instrumento concreto de cooperação defensiva internacional e conserva uma capacidade de resposta em constante desenvolvimento (Magne, 2002: 144).

O Conceito Estratégico da NATO alargado substitui a resposta militar pura e a procura da única dissuasão pela coordenação militar e política de todos os meios defensivos disponíveis de forma a responder aos desafios geopolíticos do Sistema Internacional contemporâneo como

“crises, conflitos, rupturas de encaminhamento em recursos vitais, grandes movimentos descontrolados de populações [...] sabotagem, terrorismo e crime organizado” (Ver Conceito Estratégico da NATO de 1999).

Frente à instabilidade internacional e à falta de resposta concreta de organizações como a ONU ou a OSCE, a NATO ocupou o lugar de organização

²⁸ As novas ameaças tornaram a dissuasão menos eficaz como mostram os ataques do 11 de Setembro de 2009. A arma nuclear não impede nem dissuade grupos terroristas de proferir ataques aos Estados detentores da potência nuclear. As actualizações verificam-se a nível dos meios utilizados (dotação de novos instrumentos militares), das políticas implementadas (novos objectivos e missões) e da área de acção da NATO (a partir de 1999, a Aliança decidiu conduzir missões fora do território dos Estados membros e parceiros da Organização). Ver Documentos Estratégicos da NATO (Pedlow, 1997).

defensiva privilegiada e indispensável. Encarada como a única organização capaz de responder aos novos desafios, o desenvolvimento de parcerias e a solicitação de adesão por parte de novos Estados vão acompanhar as actualizações geoestratégicas da Aliança. Tal movimento mostra um interesse quer por parte dos Estados membros em alargar as suas missões, quer por parte dos novos parceiros em desenvolver as suas políticas externas no seio da NATO.

II. O alargamento da NATO e o desenvolvimento de parcerias.

O alargamento geográfico da NATO é um sinal incontestável do interesse, da confiança e da legitimidade de que esta organização defensiva beneficia no seio da Comunidade Internacional. Sem grande convicção no início dos anos 1990, o Governo dos Estados Unidos da América vai substituir a sua política de *containment*²⁹ pela política de *enlargment*³⁰ da NATO de forma a assentar a sua influência sobre os Estados da Europa central e oriental e garantir a estabilidade e o respeito da Paz por parte da Rússia e dos antigos membros da União Soviética. Por parte dos Estados europeus, o acolhimento de novos parceiros constituiu uma maneira de exportar os valores centrais da Aliança fora da zona principal de actuação. Isto também permite facilitar os movimentos das suas forças na vizinhança

²⁹ A doutrina de *containment* deve-se a Truman (33º Presidente dos EUA. Eleito logo a seguir à IIª Guerra Mundial, Harry Truman foi contemporâneo dos bombardeamentos de Hiroshima, do início da Guerra Fria e da Guerra da Coreia) que visava conter o avanço soviético através da implicação financeira e militar dos Estados Unidos da América no Leste europeu (Vilboux, 2002: 80-96).

³⁰ Sob o impulso do Governo dos Estados Unidos da América, a Organização do Tratado do Atlântico Norte conduziu uma política de alargamento a mais Estados membros. O alargamento é do interesse dos Estados Unidos da América porque “torna a NATO mais forte, assegura ganhos democráticos na Europa de Leste, implementa estabilidade regional e anula as linhas de divisão artificiais de Estaline” (US Department of State, 2010).

imediate de forma a garantir a resposta mais significativa a eventuais sobressaltos de instabilidade (Lake, 1993: 658-668).

Podemos realçar duas tendências na origem do alargamento da NATO. Primeiro, encontramos o desejo por parte dos Estados membros da Organização do Tratado Atlântico Norte de estender as suas missões e a sua capacidade de resposta fora das suas fronteiras (Ver Conceito Estratégico de 1991 e 1999) de maneira a abranger um território vasto onde a Paz e a estabilidade prevaleçam. Segundo, quer do lado dos aspirantes à adesão quer por parte dos Estados que beneficiaram de parcerias privilegiadas, o alargamento da NATO constituiu uma garantia de segurança para os Estados implicados na Aliança e o acesso a meios militares que nunca poderiam desenvolver sozinhos (Solana, 1996: 44).

O desejo dos Estados da Europa central e da Europa oriental em integrar a estrutura defensiva da NATO verificou-se desde o fim da Guerra Fria. À vista das fraquezas da ONU observadas durante a Guerra do Golfo em 1990-1991 e considerando a falta de forças armadas próprias desta última e ainda a paralisia recorrente das discussões entre as grandes potências presentes no Conselho de Segurança, os Estados europeus oriundos do Pacto de Varsóvia rapidamente encontraram na NATO o único garante da sua integridade face ao poder russo. A credibilidade e a confiança de que beneficia a NATO exercem uma força de convergência na defesa da segurança colectiva regional no seio da Aliança defensiva do Atlântico Norte graças ao empenho dos Estados Unidos da América³¹.

³¹ Aleksander Smolar dizia em 2004 “As nações infelizes têm a memória duradoura e os Estados Unidos da América são encarados como o único garante da segurança da Polónia” (Tréan, 2004: 2).

Em 1999, Baker falava da “Aliança militar mais eficaz da História” quando analisava os resultados das missões conduzidas pela NATO nos Balcãs (Zarka, 1999: 5). Esse mesmo ano, no seguimento da Cimeira de Washington de 23 a 25 de Abril, a Polónia, a Hungria e a República Checa entraram na NATO e as suas adesões deram um certo impulso a futuras adesões com a criação do Plano de Acção para a Adesão (Asmus, 2002: 364).

Tendo limitado as suas operações ao território da Aliança durante a Guerra fria, os Estados membros da NATO vão pouco a pouco perceber que as novas ameaças proliferam fora das suas fronteiras. A necessidade de eventualmente recorrer à força além-fronteiras deu origem à tomada de consciência por parte dos Estados membros – no início reticentes ao alargamento – da urgência do desenvolvimento de parcerias e contactos com os Estados da Ásia central e mesmo com a Rússia. O objectivo de alargamento tornou-se então, desde os primeiros anos a seguir ao desaparecimento da União Soviética, na extensão da NATO para o Leste europeu de forma a implementar os valores ocidentais (como a democracia, a liberdade e o Estado de Direito), a segurança e a estabilidade à escala do continente (Solana, 1996).

Ao observar o empenho particular dos Estados Unidos da América na exportação aos Estados do Leste europeu dos valores ocidentais e das suas capacidades militares, a resposta da Rússia ao conceito de alargamento desenvolvido por Anthony Lake³² mostrou a necessidade de estender ainda mais longe as parcerias da NATO de forma a conter a imprevisibilidade das decisões tomadas pelo Governo

³² Anthony Lake era o antigo Conselheiro à Segurança Nacional dos Estados Unidos da América até ao fim da presidência de George Bush.

russo. Foi assim que, com o intuito de evitar uma evolução negativa das relações entre os países membros da NATO e os países da Europa central e oriental, se decidiu abrir as portas da NATO aos países mais próximos dos objectivos ocidentais e desenvolver as Parcerias para a Paz (Partnerships for Peace - PfP)³³ com os vizinhos da Aliança. Entre os Estados que participam nas Parcerias encontram-se praticamente todos os Estados da antiga União Soviética. A Parceria constitui o primeiro passo para a futura adesão. As relações da NATO revestem hoje em dia uma dimensão tal que abrangem a totalidade do hemisfério norte (Lake, 1993: 658-668).

Actualmente, realçamos três categorias de Estados empenhados na NATO: no primeiro lote, correspondendo à Área do Tratado Atlântico, encontram-se os Estados membros e signatários do Tratado e os Estados que aderiram ao longo dos anos (Polónia em 1991, Bulgária em 1999 por exemplo). No segundo lote verificam-se os Estados que beneficiam de parcerias privilegiadas. Estes Estados, como a Rússia ou o Japão, contribuem directamente para as forças da NATO e são objecto de garantias defensivas em caso de ataque. No terceiro lote, contabilizam-se todas as zonas nas quais a NATO procura implementar a estabilidade e os seus interesses em termos de segurança. Nesta categoria encontram-se Estados que nem são membros nem parceiros mas que partilham os valores e interesses da Organização do Tratado Atlântico Norte e desejam desenvolver no futuro o seu desempenho defensivo junto dos Aliados (Naumann *e al.*, 2007).

³³ As Parcerias para a Paz tiveram origem a partir duma proposta americana adoptada em 1994 durante a 13ª Cimeira da NATO em Bruxelas. Esta plataforma de cooperação militar concreta e personalizada que constituiu o primeiro passo para uma eventual futura adesão teve um sucesso notável que, até à redefinição do Conceito Estratégico da NATO de 1999, cerca de 50 membros participavam nas discussões geoestratégicas da Aliança Atlântica (BPI, 2001: 75).

Segundo Napolitano e Voigt, o alargamento da NATO permitiu responder às fraquezas da antiga “esfera de influência” da União Soviética:

“a ameaça que provoca a Europa central sobre a segurança ocidental não se deve à potência militar da região mas sim à fraqueza tradicional dos Estados soberanos que a compõem” (Napolitano e Voigt, 1995).

Desta forma, o alargamento da NATO a Leste permitiu a difusão dos valores centrais que pretende defender, serviu de mentor frente à desorientação geopolítica verificada no continente eurasiático e respondeu às preocupações quer dos Estados membros quer dos vizinhos imediatos da Organização do Tratado do Atlântico Norte. O alargamento da Aliança Atlântica também garantiu a estabilidade do continente europeu de acordo com o desejo dos Estados membros e deixou que os Estados Unidos da América desenvolvessem a sua influência pacificadora a Leste de acordo com o desejo das antigas repúblicas soviéticas (Solana, 1996: 44).

Alimentado pela vontade de consolidar a Paz na Europa e a nível internacional, podemos afirmar que o alargamento da NATO e o desenvolvimento de parcerias concretas com os Estados do Sistema Internacional permitem à NATO responder às exigências geopolíticas contemporâneas globais.

III. A NATO do Século XXI.

A paisagem política internacional actual está totalmente transformada. Além de novos desafios geopolíticos provocados pela prática de formas assimétricas na

condução de ataques armados, a NATO sobreviveu a uma vaga de críticas quanto à sua razão de ser. Essas críticas foram confortadas pelas sucessivas crises entre os seus Estados membros e pela notável falta de coesão entre estes últimos. No entanto, a urgência geoestratégica verificada com a subida das tensões a nível global e a tomada de consciência da convergência dos seus interesses geopolíticos e da sua fraqueza unitária por parte dos Estados membros deram um novo impulso à coesão e empenho da NATO no Sistema Internacional. Com um fundo de crise económica, observamos em 2009 o lançamento de uma redefinição do Conceito Estratégico da NATO de 1999. A sua publicação está prevista para 2010 e visa devolver à NATO a sua centralidade na política externa dos países ocidentais (Adam, 2009: 5).

O ano de 2001 marcou o primeiro recurso ao artigo 5º do Tratado de Washington³⁴. A surpresa foi geral por ter sido no seguimento de um ataque directo ao território americano. O imobilismo e a ausência de resposta³⁵ que se observaram mostraram os limites do Conceito Estratégico da NATO frente às ameaças deste novo século. Contudo, apesar de um curto período de abuso do unilateralismo por parte da Administração Bush e as divisões entre os pilares americano e europeu da Aliança, os Estados membros da Organização testemunharam uma real vontade e necessidade de actualizar as missões e a capacidade de resposta da NATO tal como estreitar os laços que unem os seus membros (Ver Biscop e Serfaty, 2009).

Como dizia o antigo Secretário-geral da NATO Lord Robertson em 2002,

³⁴ A primeira versão do Tratado assinada a 4 de Abril de 1949 em Washington D.C. está disponível em anexo. O 5º artigo referido aqui prevê que um ataque proferido ao encontro de um membro da NATO seja considerado um ataque ao encontro da totalidade dos Estados membros da Aliança e implica uma resposta concertada e colectiva (Ver anexo).

³⁵ Galia Glume refere a ausência de obrigação de intervenção militar no quadro do artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte: “A consulta é automática mas o tipo de assistência a fornecer ao Estado membro é à discrição dos aliados” (Glume, 2004: 9).

“A NATO de 1985 não estava adaptada à NATO de 1995 na Bósnia e a NATO de 1995 não está adaptada à guerra contra o terrorismo de 2002”(Le Monde, 2002: 2).

Após a crise iraquiana de 2003, os dirigentes dos Estados membros reconheceram a falta de interoperabilidade³⁶ das capacidades da NATO. As novas ameaças com que se depara a Organização do Tratado Atlântico Norte são definidas à luz da evolução tecnológica acelerada que proporcionou a entidades não convencionais os meios de afectar a estabilidade do Sistema Internacional. A ameaças do novo século revelam-se assimétricas³⁷, sem fronteiras e multidimensionais. O choque provocado pela consciencialização dos novos imperativos de segurança do mundo globalizado levou a um consenso ocidental verificado com as recentes conferências de Estrasburgo-Kehl em Abril de 2009. Os Estados ocidentais sabem hoje em dia que:

“a sobrevivência de uma nação ou de um Estado não se deve só ao controlo de um território ou na protecção das fronteiras mas à capacidade a assegurar a perenidade dos fluxos e redes que irrigam as estruturas económicas e sociais” (Baverez, 2002: 801).

Podemos verificar que as tensões são cada vez mais frequentes. Logo a seguir aos ataques do 11 de Setembro de 2001, observamos a crise iraquiana de 2003-2005, a crise georgiana em 2008 e a crise económica com início em 2007. Ao longo desses anos, a questão do Afeganistão permaneceu central e ainda se acrescenta desde 2009 a crise da questão nuclear iraniana. À falta de resposta concreta a essas crises,

³⁶ A “interoperabilidade” é definida por Galia Glume como “a compatibilidade dos meios e de maneira mais abrangente, das capacidades militares que permitem conduzir conjuntamente operações militares” (Glume, 2004: 10).

³⁷ “A assimetria consiste em recusar as regras de combate impostas pelo adversário, o que torna todas as operações imprevisíveis” (Courmont e Ribnikar, 2002: 29).

podemos adicionar as novas preocupações globais. Pois, além da capacidade nuclear poder vir a escapar ao controlo das grandes potências do Sistema Internacional, estas últimas deparam-se com as tendências inerentes ao contexto actual. Primeiro, a Comunidade Internacional tem que responder às implicações geopolíticas da evolução demográfica contemporânea, as migrações maciças e a questão dos refugiados. Segundo, as tensões que podem (e vão) resultar das mudanças climáticas constituem uma preocupação importante para as próximas décadas³⁸. Terceiro, verificamos um certo declínio do conceito de soberania ao ritmo da globalização. Quarta tendência, alguns autores referem o regresso de crenças irracionais para compensar a diluição dos laços sociais e religiosos num contexto de mundialização acentuada. Por último, a escala das ameaças e a complexidade das sociedades contemporâneas tornam imprevisíveis e difusos os ninhos de violência e o perigo externo (Ver Naumann *e al.*, 2007).

Dadas essas tendências, a NATO de 2010 deve responder aos desafios impostos pela nova configuração e complexidade do Sistema Internacional. À luz da emergência do continente asiático, do perigo latente do Médio Oriente, da situação preocupante de África e dos Estados falhados, da incerteza do alinhamento da Rússia sobre os objectivos e interesses do ocidental, a NATO tem que desenvolver meios para enfrentar numerosos desafios (Lellouche, 2005: 5).

Entre os desafios do Século XXI, realçamos a proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas, a luta pelos recursos energéticos, de alimentos e

³⁸ Sentem-se as tensões nomeadamente em torno da questão das energias disponíveis no Pólo Norte. A Entrevista a Petr Lunak deu a entender que a NATO está em alerta sobre esta mudança iminente. As alterações na prática da pesca e a questão do controlo das vias marítimas e do regime jurídico de referência são desafios para o século XXI (Ver Dauphin, 2009).

água cada vez mais escassos, os ataques assimétricos proferidos por actores individuais e as condições financeiras precárias que exacerbam as tensões entre os Estados do Sistema Internacional (Naumann *e al.*, 2007: 9).

Podemos afirmar que o horizonte desenhado a partir destas considerações não é de todo um modelo de estabilidade e um terreno propício à Paz e segurança global. Conscientes de que a união faz a força, os Estados membros da Aliança do Atlântico Norte escolheram unir as suas forças para dar à NATO os meios dos seus objectivos (Boniface, 2001: 123-129). Após a vaga de adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte de 2002, a seguir à Conferência de Praga, entraram a Bulgária, a Roménia, a Estónia, a Lituânia e a Letónia. A Eslováquia e a Eslovénia começaram as negociações para uma futura adesão. Apesar de algumas personalidades temperarem a vontade de extensão geográfica da NATO ou alertarem para seu desaparecimento, verificamos que o interesse dos países parceiros em integrar a estrutura defensiva do Atlântico norte se mantém. Richar Lugar, Senador americano, dizia em 2002 *“no acordar do 11 de Setembro de 2001, o alargamento deve ser perseguido mas somente de maneira a reforçar a Aliança na sua missão militar”* (The Economist, 2002).

Devido ao contexto geopolítico internacional, os Estados Unidos da América precisam de aliados. Segundo Haine, Bush introduziu o conceito de “subsidiariedade” na Aliança Atlântica: *“se a estabilização da Europa deve servir os interesses americanos, é sobretudo para permitir aos Estados Unidos expandir as suas forças armadas”* (Haine, 2004: 241-255). A estabilidade do continente europeu

é uma condição basilar para que os pilares europeu e americano possam concentrar as suas forças na luta contra as tensões internacionais (Naumann *e al.*, 2007).

A NATO pode não ser capaz, hoje em dia, de assegurar e restabelecer a estabilidade mundial sem apoio, mas é na mente dos principais dirigentes europeus e americanos a única organização de defesa capaz de juntar as capacidades de todos os Estados e outras organizações ocidentais debaixo de um mesmo e único objectivo: a defesa da Paz e da segurança internacional.

Conclusão

Numerosas são as críticas ao encontro da NATO. Mas os factos mostram que nem sempre essas críticas tiveram razão de ser (Ver Rastbeen, 2008). Porém, desde 1949, a NATO operou várias redefinições do seu Conceito Estratégico. Primeiro em 1991, depois em 1999 e actualmente em 2009. Se a primeira actualização das suas missões e objectivos permitiu passar de um contexto de Guerra Fria para uma missão mais abrangente de defesa colectiva, o Conceito Estratégico de 1999 permitiu responder às novas exigências do novo milénio. Com os ataques de Setembro de 2001, as certezas deram lugar às tensões e à subida da insegurança. No entanto, além de ter ultrapassado essas tensões internas e de observar um regresso da coesão entre os seus membros, a NATO está empenhada em responder aos novos desafios observados desde 2001. Por outro lado, as vagas de alargamento da NATO a novos membros e novos parceiros permitem dizer que o interesse na Organização do Tratado Atlântico Norte não se verifica só para os Estados ocidentais mas também

para os Estados até hoje excluídos deste fórum de defesa colectiva. A NATO permanece, 60 anos após a sua criação, como a principal senão a única organização defensiva cujas confiança e legitimidade a mantêm no centro da política externa das grandes potências como os Estados Unidos da América, a Alemanha, a Grã-Bretanha ou a França (Zarka, 1999: 5).

Vimos que a Aliança Atlântica beneficia do empenho dos seus Estados membros em manter a sua estrutura, as suas missões e o seu campo de acção actuais. De maneira a analisar as razões do empenho dos Estados membros da NATO, o próximo capítulo debruça-se sobre o interesse dos Estados europeus³⁹ na Organização Atlântica através da sinergia entre as suas políticas de segurança e defesa e a PESD. Desta forma, veremos como a PESD, limitada em termos financeiros e políticos, não constitui presentemente uma alternativa credível à NATO apesar das suas missões e objectivos serem parecidos ou idênticos. A fraqueza da PESD conforta a Aliança do Atlântico Norte no seu papel de líder defensivo entre os Estados ocidentais.

³⁹ Lembramos que os Estados europeus constituem um dos dois pilares referidos na introdução deste trabalho. O interesse do pilar americano da NATO será analisado no quarto capítulo.

Capítulo 3. A NATO e a PESD

“Nenhum exército europeu está na medida de intervir no estrangeiro de forma autónoma”

(Veit, 2005: 7)

Introdução

Desde o fim da Guerra Fria, a política de defesa da União Europeia, nomeadamente a PESD tem visto as suas missões, objectivos e capacidades evoluírem (Europa, 2010). A evolução da política de defesa da União Europeia deve-se ao empenho de Estados europeístas como a França e a Alemanha. Ajudados pelo crescimento económico pós segunda Guerra Mundial, os Estados europeus alimentaram o desejo de desenvolverem as suas capacidades em termos de defesa para um dia saírem da área de influência e do controlo da super potência americana. Junto com um aumento significativo da cooperação com a Organização do Tratado do Atlântico Norte, as políticas implementadas pela União Europeia e a NATO tendem a convergir até observarmos uma sobreposição do seu *membership* e de uma duplicação das suas capacidades e missões (Montgrenier, 2009: 3). Entretanto, uma ruptura geoestratégica substituiu o inimigo de Leste e a potência nuclear pela existência de uma ameaça global como o terrorismo, as suas redes transnacionais e as ameaças assimétricas (Veit, 2005: 2).

Apesar de essas duas dinâmicas, alguns autores de tradição europeísta como Biscop ou Broch Hueso continuam de acreditar em uma potencial autonomia

européia em termos de defesa. Tal autonomia é possível. Contudo, maioritários são os autores que contextualizam a Política Europeia de Segurança e Defesa no seio da NATO para o seu desenvolvimento futuro⁴⁰. Através do estudo de caso da França e especificamente do significado do seu regresso total como membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte, este capítulo pretende mostrar como numa sinergia cada vez mais forte entre as políticas da NATO e da União Europeia, as fraquezas da PESD tornaram o seu desenvolvimento dependente da Aliança Atlântica. A segurança dos seus membros permanece condição da envergadura e potência aliada.

Se a França decidiu reintegrar totalmente a NATO, apesar do seu tradicional empenho para a defesa da autonomia europeia e de uma vontade declarada de escapar à ditadura geoestratégica americana, podemos dizer que os desafios em termos de segurança e a urgência de uma resposta conjunta à subida das tensões a nível internacional num contexto de crise económica tornaram a NATO a única forma organizacional capaz de garantir a defesa da região do Atlântico Norte.

I. A sinergia crescente entre a PESD e a NATO.

A estratégia europeia conduzida no seio da PESD mostra a preocupação de levar a União Europeia a um nível de tomada de decisão e influência global. O objectivo assumido da União Europeia visa alcançar um verdadeiro contacto internacional em todos os sectores, incluindo o da defesa. A PESD pretende ser um fórum de multilateralismo efectivo (Gnesotto, 2004: 1). Porém, a realidade

⁴⁰ É o caso dos autores que vão ser abordados neste capítulo.

internacional mostra que a União Europeia não beneficia de meios nem da credibilidade para confirmar a sua autonomia em termos de defesa. Pelo contrário, a Política Europeia de Segurança e Defesa mostra a sua complementaridade com a política de defesa da Aliança Atlântica. A sinergia entre a PESD e a política da NATO é, para muitos autores, evidente e necessária. Bernard Koushner declarava em 2008:

“Como poderia ser de outra maneira quando 21 dos 26 Estados aliados da NATO são membros da União Europeia e 21 dos 27 parceiros da União Europeia são membros da NATO?” (Le Monde, 11 de Março de 2008).

À vista de uma forte convergência e superposição tanto das missões como dos objectivos das duas organizações, Madeleine Albright anunciou em 1999⁴¹ estar preocupada com três dinâmicas observadas nas políticas de defesa da União Europeia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Definiu as três dinâmicas pelos “Três D’s” nomeadamente “*decoupling*”, “*duplication*” e “*discrimination*” anunciando que tais dinâmicas não podiam verificar-se entre as políticas de defesa da NATO e da União Europeia. No caso de *decoupling*, a existência de operações paralelas mas sem coordenação provocam uma paralisia e um atraso a nível das operações conduzidas por cada entidade. A duplicação das capacidades militares das duas organizações resulta no recurso a energias e meios desnecessários o que diminui a eficiência das operações. A discriminação contra os Estados que não são membros da UE ou da NATO restringe a área de influência de cada uma das organizações. Teme-se, na linha do discurso de Madeleine Albright, que a ausência de cooperação

⁴¹ Ver ponto 17 do discurso do 50º aniversário da NATO em Washington de 23 a 25 de Abril de 1999 (Wim Van Eekelen, 2010).

e a multiplicação de missões e parcerias paralelas provoquem despesas e desordem prejudiciais para a realização dos objectivos dos Estados americanos e europeus (Ver Scheek, 2009).

Actualmente, a PESD e a NATO mostram os mesmos interesses e o mesmo comportamento em resposta aos desafios de segurança internacional. A NATO e a União Europeia avaliam da mesma forma esses desafios em nome de valores e objectivos semelhantes (Minniti, 2005: 2). Primeiro, no que toca à prevenção, gestão e resolução de conflitos armados, a NATO e a União Europeia decidiram adaptar as suas capacidades praticamente ao mesmo tempo⁴² (Faleg, 2007: 1). Segundo, da mesma forma que se verificam claras semelhanças entre as estruturas políticas e estratégicas da NATO e da União Europeia, podemos observar que a sobreposição do *membership*⁴³, principalmente no continente europeu, alimentam a convergência entre as missões, os métodos e as actividades das duas entidades (Minniti, 2005: 8). Por fim, além de desenvolverem os mesmos hábitos de reunião, consulta e trocas de informações acerca das suas missões, a PESD e a NATO evoluem nas mesmas zonas geográficas e principalmente fora do continente europeu onde a coincidência das suas parcerias são mais flagrantes (Melchionna, 2008: 4). A partir do processo de Barcelona, a União Europeia estendeu as suas missões a toda a zona do

⁴² A NATO criou a *NATO Response Force* logo a seguir aos *Headline Goals* definidos em Dezembro de 1999 durante o Conselho Europeu de Helsinquia (Moliné, 2006: 1).

⁴³ Termo utilizado por Melchionna para referir a área que os Estados membros representam (Melchionna, 2008: 7-8). Para uma visualização geográfica do *membership* e das Parcerias da NATO, ver anexo 6.

Mediterrâneo⁴⁴ e, no mesmo intervalo, a NATO concluiu uma parceria avançada com sete países do mediterrâneo através do Diálogo Mediterrânico⁴⁵ (Minniti, 2005: 7).

A tendência por parte das duas estruturas em duplicarem as suas missões levou à assinatura de uma parceria estratégica de forma a coordenarem e lutarem em conjunto contra as ameaças que ambas caracterizam como prioritárias, como a proliferação de armas de destruição maciça e os grupos terroristas. As ameaças com que a NATO e a UE se defrontam são encaradas de maneira semelhante na maioria dos casos (Minniti, 2005: 2).

A sinergia entre a PESD e a NATO transpôs-se na intensificação das trocas entre as organizações a nível da informação, dos meios logísticos ou a nível da definição da sua estratégia. Oficializada nos acordos *BerlinPlus*, a parceria entre a NATO e a União Europeia permite à PESD desde 1999, data da sua assinatura, recorrer às capacidades militares da NATO (Perret, 2006: 5). Ou seja, a UE passou a dispor de um comando no seio da NATO para as suas missões e a aproveitar as capacidades de planificação operacionais da NATO. Broch Hueso define isto como a passagem de uma “*diplomacia institucional a uma integração defensiva no seio da NATO*” (Broch Hueso, 2010: 3).

Verificamos que a NATO e a União Europeia são cada vez mais imbricadas e complementares a nível geopolítico. Ao lembrar que a PESD é uma política e a NATO uma organização militar, Melchionna defende que as diferenças de

⁴⁴ Para mais informação sobre as parcerias europeias à volta do Mediterrâneo, consultar Boeing, 2007 e Boeing, 2009 citados na bibliografia. Estes documentos foram disponibilizados pelo autor antes da sua publicação durante a correspondência electrónica exploratória.

⁴⁵ Os sete países do Diálogo Mediterrânico são a Argélia, Israel, a Jordânia, a Mauritânia, Marrocos e a Tunísia.

desenvolvimento entre a NATO, no seu papel de organização defensiva potente, e a União Europeia, por sua vez uma organização política civil, estão na origem de uma percepção menos confiante no que toca à capacidade defensiva europeia. Isto é, em caso de escalada da violência internacional, não existem nenhuma dúvida quanto à liderança da NATO na garantia da defesa dos Estados da região do Atlântico Norte, sejam eles americanos ou europeus (Veit, 2005: 7). A Aliança Atlântica pode não constituir uma resposta infalível aos desafios do século XXI mas em nosso entender, se a NATO não for capaz de defender os seus Estados membros, não existe uma alternativa concreta em caso de conflito aberto com os Estados ocidentais.

II. A PESD, entre dependência e falhas capacitárias.

A Política Europeia de Segurança e Defesa demarca-se das políticas da Organização do Tratado do Atlântico Norte pelas suas capacidades a nível civil. No entanto, a NATO também beneficia de competências significativas em termos de potência civil. No quadro da Aliança Atlântica, sem ser uma lista exaustiva, podemos tomar como exemplo de missão civil a organização da vigilância das eleições legislativas no Afeganistão. A Aliança Atlântica interveio após o sismo na China e conduziu desde 1999 numerosas missões de prevenção e gestão de conflitos que lhe permitem afirmar-se como uma potência militar capaz de realizar missões de cariz civil. Como disse Leloutre: *“Todos os órgãos da União Europeia são copiados dos da NATO mas em modelo reduzido”* e a particularidade da União Europeia em

termos de *soft power*⁴⁶ não é suficiente frente aos desafios do Século XXI. Ao contrário da NATO, “a PESD não está em medida de organizar uma resposta imediata a um ataque terrorista possível graças a uma estratégia sólida” (Lindstrom, 2006: 42).

Vários são os sectores em que a PESD se mostra deficitária em relação à NATO. Primeiro a nível das suas capacidades militares. Enquanto cada Agrupamento Tático (*Groupement Tactique* - GT) da União Europeia conta 1500 homens e elementos logísticos prontos em 15 dias para uma missão até um mês de duração, a Força de Resposta da NATO (*NATO Response Force* - NRF) dispõe de uma força integrada tecnologicamente superior com mais de 25 000 homens com um nível de prontidão de 5 dias e capazes de conduzir uma missão de um mês à escala planetária (Milanova, 2010). A NRF permite - graças à articulação de uma *Task Force* marítima, terrestre e aérea - intervir a nível global enquanto o GT europeu se limita a uma área máxima de 6000 km à volta de Bruxelas (Faleg, 2007: 7-8). Para Lepinay, a União Europeia necessita de uma ambiente permissivo para conduzir as suas missões como se verificou nas guerras da Bósnia e no Kosovo (Lepinay, 2009: 4). O seu *soft power* só pode compensar a falta de meios militares a partir da cooperação com a NATO (Bouché *e al.*, 2006: 19-20). Considerando que as forças da NATO no Afeganistão são superiores a 100 000 homens, a cada grupo de 150 soldados europeus correspondem milhares de soldados aliados. Desta forma, a

⁴⁶ O *soft power* é definido como “a capacidade de influenciar o comportamento de outrem sem utilizar a força nem medidas hostis” (Nye in Smouts *e al.*, 2006: 448).

NATO torna-se um instrumento fundamental sem substituto na defesa do continente europeu (Walter, 2009: 2).

Segundo, a PESD sofre de dificuldades a nível financeiro⁴⁷. Um estudo realizado pela Fundação Robert Schumann mostra que em 2007, as despesas militares europeias diminuiram devido à crise económica. Com uma média de 1,07% do PIB, a União Europeia fica bastante atrás dos Estados Unidos da América nas suas despesas militares, com 3,7% do PIB reservado à defesa. Além disso, há grandes diferenças na contribuição dos países europeus: o Reino Unido e a França representam 40% das despesas militares europeias (Lepinay, 2009: 1). Isto é, em 27 Estados membros da União Europeia, fora a França e o Reino Unido, só investem significativamente na defesa a Holanda, a Suécia, a Grécia, a Finlândia e a Itália: “*O desafio do financiamento que visava garantir à União Europeia um orçamento significativo falhou e nenhum acordo foi obtido*” (Broch Hueso, 2010: 11). O pacote de defesa desejado pela presidência francesa foi impossibilitado pela crise económica internacional.

A terceira fraqueza da União Europeia verifica-se a nível da credibilidade. A falta de consenso entre os Estados europeus⁴⁸ acrescenta às falhas capacitárias e orçamentais um lento processo de tomada de decisão e de comunicação entre os órgãos políticos (Ver Viet, 2005). Mongrenier mostra-se pessimista quando analisa a falta de entendimento e coesão entre os Estados europeus: “*por enquanto, a Europa*

⁴⁷ Quer a PESD quer a NATO sofrem actualmente grandes cortes orçamentais devido ao contexto de crise financeira. No entanto, a NATO dispõe de forças significativas que lhe permitem assegurar as suas missões e objectivos enquanto a PESD, ainda em construção, se encontra paralisada sem o investimento previsto pelos países membros da UE (Pereira, 2010).

⁴⁸ Podemos lembrar as discussões entre os britânicos e os franceses durante o desenvolvimento do projecto conjunto de construção de porta-aviões para ilustrar as dificuldades a nível de entendimento entre os Estados europeus (Ver O’Connell, 2005).

da defesa não é a defesa da Europa”. Além da tradicional divisão entre europeístas e atlântistas, verificamos uma falta de vontade por parte de certos Estados europeus, principalmente da Europa de Leste, que não mostram pretensões geoestratégicas globais nem empenho em contribuir para o desenvolvimento da PESD dada a existência da NATO e com ela a protecção americana (Mongrenier, 2009: 3).

Tendo em mente a incapacidade da União Europeia em assegurar a defesa do continente europeu de maneira autónoma, a NATO conserva o seu papel indispensável para os Estados europeus. Segundo Petr Lunak⁴⁹, não se considera que a PESD possa, no futuro imediato, constituir uma alternativa real à defesa proposta pela NATO. Podemos dizer que não existe, no início do século XXI uma resposta concreta por parte da União Europeia em termos de segurança regional para os Estados membros.

“Ver na NATO uma simples instância de defesa colectiva destinada a desempenhar um papel residual na defesa europeia não corresponde de todo à realidade internacional” (Mongrenier, 2007: 5).

III. O caso da França, revelador de uma interdependência defensiva transatlântica.

Os Estados europeus recentemente compreenderam que a Organização do Tratado do Atlântico Norte permitia compensar as suas fraquezas, tanto em termos de capacidades militares, de orçamento e investimentos defensivos, como em termos

⁴⁹ Petr Lunak é coordenador de investigação para o Departamento de Diplomacia Pública da NATO. Entrevista realizada no seguimento do Briefing sobre as relações entre a NATO e a Rússia.

de credibilidade. Ao ajudar ao desenvolvimento da PESD e ao contribuir para a boa conduta das suas missões, a cooperação com a NATO beneficia de maneira significativa a União Europeia principalmente ao nível da capacidade de intervenção, quer no que diz respeito à área geográfica alcançável quer no que toca aos meios militares disponíveis. Os dois lados do Atlântico Norte sabem que a União Europeia e a Aliança Atlântica beneficiam de uma cooperação e coordenação intensa⁵⁰. Uma resposta integrada entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte e a União Europeia permite uma melhor prevenção e gestão das crises e dos conflitos e favorece a estabilidade internacional (Lellouche, 2005: 7-8).

“Para enfrentar os novos desafios e ameaças, a área de potência euro-atlântica permanece um espaço de segurança. A NATO é incontornável para assegurar a defesa colectiva da Europa e conduzir operações de alta intensidade e isto ainda mais porque os desafios de ordem planetária se precipitam (desafios demográficos, geoeconómicos, geoculturais e estratégicos)” (Pfimlin, 2009: 1).

Os Estados europeus desenvolveram o conceito das forças europeias “*separáveis mas não separadas*” na cimeira do 50º Aniversário da NATO⁵¹ o que mostra uma tomada de consciência da importância da NATO (Mongrenier, 2009: 2).

No seguimento da intensificação da cooperação, o Governo francês resolveu reintegrar totalmente a estrutura militar da NATO. O regresso da França à Aliança Atlântica traduz-se pela reintegração a nível do Comando Aliado dado que o Estado francês sempre se manteve membro da Aliança. Esta decisão inscreve-se na continuação de um movimento prévio tomado sob o impulso do Presidente da

⁵⁰ A defesa colectiva da União Europeia orienta-se segundo novas directivas do Parlamento Europeu para uma complementaridade assumida, dado que a sua ligação permite responder de maneira eficiente aos desafios globais (Gutmann-Vormus e Bougeois, 2009: 1).

⁵¹ Aniversário celebrado de 23 a 25 de Abril de 1999, em Washington.

República François Mitterrand na década de 1980 e confirmado pelo Presidente Jacques Chirac nos anos 1990 (Wodka-Gallien, 2009: 3). O regresso da França às estruturas e aos órgãos operacionais da Organização do Tratado do Atlântico Norte mostram o desejo do actual Presidente Nicolas Sarkozy de “*europianizar a Aliança Atlântica*”, isto é, “*aumentar a influência política e militar da União Europeia na cooperação transatlântica*” (Gaspers, 2008: 2).

A decisão da França de reintegrar o comando aliado foi tomada a partir da escolha entre três cenários segundo os quais os Estados europeus podem orientar a PESD: primeiro, separá-la da NATO o que duplicaria os seus meios reduzindo-os por sua vez à situação em que se encontram privados das capacidades militares e financeiras dos Estados Unidos da América; segundo, deixá-la na posição de dependência em que se encontra e torná-la finalmente um peso para os Estados Unidos da América; terceiro, aproveitar a cooperação entre o pilar americano e o pilar europeu para ganhar peso na integração defensiva da região do Atlântico Norte⁵² (Fabry e Lebas, 2005: 286).

No contexto de crise financeira e da subida das tensões a nível global, a escolha entre as três opções referidas orientou-se para uma cooperação reforçada entre a UE e a NATO: “*O Ministério da Defesa está a reflectir sobre os meios de melhor articular a PESD e a NATO* » (Morin, 2007 : 14) Ao reintegrar a NATO, a França escolheu o terceiro cenário de maneira a permitir a adaptação da PESD aos novos desafios graças à potência dos Estados Unidos da América e ao mesmo tempo

⁵² Os três cenários referidos são tratados por vários autores entre os quais Lellouche, Fabry e Lebas e Melchionna. Para este trabalho, foi escolhida a obra de Fabry e Lebas por ser a mais completa sobre o tema.

ao dar peso à PESD e à Europa face à subida do pólo asiático, no âmbito de uma coesão ocidental defensiva (Melchionna, 2008: 31).

Ao contrário do ambiente internacional próspero da década de 1960, durante a qual o General De Gaulle conseguiu dar peso à construção de uma PESD autónoma e fora da influência americana⁵³, a crise financeira e as tensões observadas em 2008 entre a Aliança Atlântica e a Rússia no seguimento do conflito com a Geórgia levantam dúvidas quanto à capacidade da UE em desenvolver uma política de defesa concreta. As fraquezas político-militares da União Europeia frente aos desafios do século XXI lembraram a primeira razão de ser da NATO⁵⁴. O comportamento da França mostrou que não são só os países do Leste europeu⁵⁵ que confiam na NATO como o melhor instrumento de defesa da sua integridade territorial e segurança. O Livro Branco apresentado pelo Governo francês em 2008 marca uma vontade de redefinir a Europa da Defesa através do equilíbrio renovado entre o continente europeu e o continente norte-americano na NATO (Ver Mallet, 2008). A integração da PESD como verdadeira política defensiva acrescenta força à dinâmica de interdependência entre os Estados da região do Atlântico Norte.

A resposta francesa parece residir num desenvolvimento paralelo de duas estruturas: um “atlântismo equilibrado através da sua presença na NATO mas privilegiando simultaneamente o desenvolvimento progressivo das ferramentas da PESD” (Broch Hueso, 2010: 20).

⁵³ A França decidiu sair do Comando Aliado em 1966 para afirmar o desejo de construção de uma Europa da Defesa independente da ajuda e influência dos Estados Unidos da América.

⁵⁴ Segundo Petr Lunak, as relações entre a UE/NATO e a Rússia estão cortadas oficialmente desde 2008, sem garantia defensiva sobre os Estados membros da EU, a NATO é a única organização defensiva existente (Lunak, 2010).

⁵⁵ Estes países estão habituados à protecção da NATO como “passageiros clandestinos”. Enquanto a PESD implica investimento material e financeiro, beneficiar da hegemonia americana apenas pressupõe aceitar os seus objectivos (Lepinay, 2009: 1).

Conclusão

A primeira operação militar conduzida no quadro da PESD foi realizada entre Março e Dezembro de 2003 na Macedónia. Esta operação tornou-se realizável graças à disponibilização das capacidades aliadas ao abrigo dos acordos *BerlinPlus* (Haine, 2004: 154). A cooperação entre a NATO e a União Europeia é fonte de benefícios para a PESD: permite diminuir os seus investimentos; melhorar as suas capacidades; dar peso à influência e credibilidade europeia; garantir a sua segurança; e desenvolver uma PESD coerente frente à emergência de pólos de tensão a nível global (Ver Melchionna, 2008: 26-31).

A interdependência defensiva entre o continente europeu e o continente americano já não se põe em questão: “*Querer destacar num futuro próximo a França – e a União Europeia – da NATO parece pura retórica*” (Wodka-Gallien, 2005: 3). A razão de ser da NATO mantém-se ao longo dos anos pela ausência de qualquer organização defensiva mais capaz de garantir a defesa da região do Atlântico Norte. O caso da França mostra que o consenso ocidental até se verifica nos países menos atlântistas.

No próximo capítulo veremos que o pilar europeu da NATO constitui um aliado importante para os Estados Unidos da América. O seu peso geoestratégico torna a sua participação na NATO da maior relevância para a segurança dos Estados Unidos da América. Neste capítulo, analisámos a dependência europeia em relação à defesa garantida pela NATO. No capítulo seguinte, vamos verificar que a dependência entre os dois pilares da aliança se verifica nos dois sentidos através da participação dos EUA na Organização.

Capítulo IV. O interesse dos EUA na NATO

“Os Estados Unidos da América precisam da Europa porque não podem enfrentar a sós a multipolaridade das ameaças à segurança”

(Grand, 2003: 213)

Introdução

Vimos no capítulo anterior que a União Europeia, apesar de tentar construir a sua independência defensiva em relação à NATO, encontra na Aliança Atlântica o seu aliado mais valioso: os Estados Unidos da América. Observámos que a NATO se revela necessária para garantir a segurança e a defesa do continente europeu. Propomos demonstrar neste último capítulo que o interesse dos Estados aliados da União Europeia na NATO também se verifica do outro lado do Atlântico. Com especial enfoque nos Estados Unidos da América, vamos observar que os investimentos financeiros, logísticos e políticos notáveis deste país na Aliança Atlântica são reveladores do seu empenho na Organização do Tratado do Atlântico Norte. A energia política e os meios atribuídos à Organização mostram que os Estados Unidos da América continuam a encarar a NATO como uma importante plataforma da sua política externa.

A sua preferência para a Organização do Tratado do Atlântico Norte baseia-se na concepção ocidentalista da política externa americana na qual a Europa beneficia de um papel de aliado e parceiro de primeira instância. Mais que um aliado, o pilar

européu da NATO constitui uma zona geoestratégica com valiosos benefícios para os Estados Unidos da América. Sem o apoio dos Estados europeus, a sua potência económica e militar não permitem responder aos desafios de segurança contemporâneos.

Se o Governo americano mantém as suas forças defensivas e o seu investimento nas estruturas da NATO, apesar da sua incontestada superpotência militar, então podemos dizer que a dependência defensiva do pilar europeu da NATO é recíproca e que os Estados Unidos da América continuam a ter interesses fortíssimos na Aliança Atlântica.

No intuito de verificar o interesse geoestratégico da Administração Obama na Organização do Tratado do Atlântico Norte, vamos analisar o investimento político, económico e logístico dos Estados Unidos da América na NATO. Depois de verificar os benefícios da parceria intensa entre o continente norte-americano e o continente europeu, será efectuado um estudo da posição geoestratégica da Europa e a mais-valia geopolítica que representa para a salvaguarda da hegemonia americana.

I. Os Estados Unidos da América, maior contribuidor da NATO.

Desde a criação da Aliança Atlântica, os Estados Unidos da América foram, sem contestação possível, o líder da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Primeiramente para combater a ameaça soviética, a NATO tornou-se ao longo dos anos no instrumento da hegemonia americana e, através da sua potência, da estabilidade do continente europeu (Brzezinski, 1997: 77). Apesar de fortes críticas por parte de autores que anunciam frequentemente o fim da NATO, o investimento político, económico e logístico do Governo americano na Aliança Atlântica mostra que, do outro lado do Pacífico, a confiança na organização de defesa ocidental se mantém intacta: “A NATO permanece o melhor meio para os Estados Unidos da América defenderem o interesse nacional” (Rice, 2000: 100).

De um ponto de vista político, os Estados Unidos da América alimentam o desenvolvimento da NATO de maneira constante. O primeiro indicador da vontade americana de expandir a Organização do Tratado do Atlântico Norte verifica-se no seu desejo exposto de aumentar o número de membros e parceiros entre os participantes da Aliança Atlântica⁵⁶. Os sucessivos alargamentos da NATO resultaram sempre do impulso americano começando com a entrada da Turquia e da Grécia em 1952 até à recente entrada da Albânia e da Croácia em 2009⁵⁷ (Grand, 2003: 209). Citado por Pascallon como anedota, Gossouvre relata a tomada de posição da França e da Alemanha durante a Cimeira de Bucareste em 2008 quando confrontados com o entusiasmo dos Estados Unidos em relação à entrada da Geórgia e da Ucrânia na Aliança Atlântica. Apesar da antiga oposição entre o Bloco ocidental e a União Soviética, os Estados Unidos da América promoveram desde 1994 as Parcerias para a Paz a partir das quais a NATO desenvolveu uma parceria

⁵⁶ A lista exaustiva dos Estados membros encontra-se no site da NATO (NATO Live, 2010b)

⁵⁷ Para mais detalhes, consultar a página oficial da Aliança sobre as vagas de alargamento (NATO Live, 2010a)

privilegiada com a Rússia⁵⁸ (Pascallon, 2009: 7). O alargamento da NATO constitui a resposta americana à necessidade de assentar a influência e a participação ocidental sobre a zona do Leste europeu. A procura em manter o controlo sobre o continente euro-asiático mantém-se uma prioridade para o Governo americano no seguimento da Guerra Fria (Brzezinski, 1997: 138).

Através de uma presença sistemática nas Cimeiras da NATO, o Governo dos Estados Unidos da América pretende desenvolver as capacidades e a potência da NATO a nível global. Os seus responsáveis sempre plebiscitaram o desenvolvimento das capacidades militares europeias para dar mais peso e coesão à Aliança Atlântica, apesar de reconhecerem as suas reticências quanto a uma autonomia europeia defensiva *de facto* (Broch Hueso, 2010: 3).

De um ponto de vista logístico, os Estados Unidos da América revestem um peso sem equivalente no seio da Organização do Tratado do Atlântico Norte com 1 326 indivíduos (ou seja, 1,3% da população activa) ligados às estruturas, missões e operações da NATO. No entanto, o investimento americano na Aliança Atlântica toma a sua dimensão colossal principalmente a nível económico. Os Estados Unidos da América representam um terço do orçamento total da NATO. O orçamento da Aliança representa cerca de dois mil milhões de euros todos os anos. Em 2007 por exemplo, o orçamento da NATO foi de 1876 milhões de euros e para 2010, ainda faltam, segundo James Appathurai, cerca de 545 milhões de euros para completarem

⁵⁸ Pascallon levanta a hipótese (provável) de os Estados Unidos da América esperarem que a Rússia sirva de mediador para as relações com o Irão em troca de uma Parceria alargada no seio da NATO (Pascallon, 2009: 7).

as despesas de 2009⁵⁹. As dificuldades orçamentais da Aliança Atlântica são principalmente resultantes da crise económica actual mas a fatia do orçamento americano na NATO está em constante aumento. Em 2000, os Estados Unidos da América representavam 60% das despesas militares a nível mundial. Enquanto países europeus como a Bélgica consagravam 1,5% do PIB para as despesas militares, os EUA reservavam 7,2% do seu PIB nas despesas militares dentro da Organização do Tratado do Atlântico Norte no mesmo ano (Pol de Vos, 2004: 4). Em 2007, a contribuição dos EUA na NATO atingia 486 milhões de euros (29,5% do orçamento total da Aliança Atlântica) quando as principais potências europeias como a Alemanha e a França representavam respectivamente 361 e 138 milhões de euros (ou seja, 19,2% e 7,5% do orçamento total da NATO). Além disso, os dados transmitidos mostram um aumento de 20% entre 2002 e 2007 do orçamento global dos Estados Unidos atribuídos às estruturas e missões da NATO⁶⁰ (NATO live, 2010d).

O empenho político dos Estados Unidos da América na Organização do Tratado do Atlântico Norte observa-se de maneira constante e mostra o interesse que este país nutre em manter a Organização dinâmica e actual mesmo em tempos de crise financeira. Quer na base de vagas de alargamento, quer nas relações e parcerias privilegiadas com os Estados naturalmente excluídos da Aliança Atlântica, os Estados Unidos da América continuam a desejar a subida da NATO a um estatuto de actor global sem limites geográficos de acção. As suas reticências quanto a uma

⁵⁹ Declaração do porta-voz da NATO na Cimeira de Bratislava de 22 e 23 de Outubro de 2009, confirmada durante a entrevista com o Embaixador Manuel Tomás Fernandes Pereira (Pereira, 2010).

⁶⁰ A comparação baseia-se nos relatórios do Governo francês (Senat, 2007).

autonomia europeia e os investimentos financeiros são reveladores do empenho dos Estados americanos na NATO. Segundo o Embaixador português na sede da NATO em Bruxelas Manuel Tomás Fernandes Pereira, entrevistado a 20 de Maio de 2010, o Conceito Estratégico beneficiou em larga medida do empenho do Presidente Barack Obama. A preocupação declarada em Praga no discurso do representante americano durante a reunião da Aliança Atlântica no que toca à defesa do continente europeu não deixa dúvidas no interesse dos Estados Unidos da América na cooperação defensiva conduzida através da NATO.

II. Os Estados ocidentais como parceiros geoestratégicos privilegiados

Após um curto período de unilateralismo descarado a seguir aos atentados do 11 de Setembro de 2001 às Torres gémeas de Nova Iorque, os Estados Unidos da América regressaram desde 2007 a um multilateralismo defensivo e a uma concertação internacional mais calma. A razão dessa tomada de consciência encontra-se nos novos imperativos do século XXI em termos de segurança e defesa. A resposta desadequada ao terrorismo levou o Governo americano a procurar dialogar com os seus aliados. A sua experiência de cavaleiro solitário deu a entender à administração americana que sem os seus aliados e sem um pilar europeu forte na NATO, os EUA continuariam a perder a sua força e a sua posição de *hegemon* mundial (Shapiro e Witney, 2009: 43).

Dentro da estrutura da NATO, os Estados Unidos da América beneficiam de uma ligação com forte relevância geoestratégica. A integração defensiva entre o pilar norte-americano e o continente europeu permite aos EUA consolidarem a sua hegemonia por duas razões. Por um lado, legitima a sua implicação nas relações internacionais e na procura de uma certa estabilidade global. Por outro lado, permite aliviar uma parte dos esforços necessários para manter e defender a paz fora das suas fronteiras:

“Os Estados Unidos da América precisam da Europa (porque não podem enfrentar a sós a multipolaridade das ameaças à segurança) [e] de um parceiro tanto ligado como eles à paz, democracia e liberalismo económico que possa pôr a contribuição os seus próprios recursos políticos, económicos e militares” (Grand, 2003: 213).

A Aliança Atlântica constitui um acordo que torna os Estados Unidos da América garantes da segurança, estabilidade e defesa europeia primeiro e inerentemente, a nível global. Através da Organização do Tratado do Atlântico Norte, a margem de acção dos Estados Unidos da América encontra-se fortemente alargada. Ao abrigo de uma missão de protecção dos seus aliados, os EUA podem legitimamente conduzir um vasto leque de missões e incursões internacionais sem ter que justificar um comportamento unilateralista. Desde que seja no âmbito de garantir a segurança dos seus aliados “a NATO permite-lhes ir a todo o lado e ocuparem-se de tudo” (Pascallon, 2009: 6). Os Estados membros da NATO, e especialmente os Estados da Europa ocidental, decidiram unir as suas forças na base de objectivos, valores e culturas comuns. Essa pedra fundamental da Aliança Atlântica legitima e justifica a intervenção acrescida na cena mundial de maneira a manter as potências ocidentais e os Estados Unidos da América na liderança das relações internacionais.

Sem a Aliança Atlântica, os EUA são facilmente acusados de quererem controlar e policiar o mundo. Entre os aliados, a NATO constitui uma bandeira de boas intenções e uma legitimidade de acção militar sem falha (Gorm, 2003: 5). No seio da Organização do Tratado do Atlântico Norte, os Estados Unidos da América multiplicam as suas forças e a sua influência a nível global. A sua acção na liderança das potências ocidentais na defesa de valores democráticos e da paz fazem da cooperação entre os Estados europeus uma condição à hegemonia dos EUA e da influência política ocidental a nível mundial (Brzezinski, 1997: 88).

Além de contribuir para dar peso aos Estados Unidos da América como protagonistas das relações internacionais, a Aliança do Atlântico Norte também beneficia de maneira mais concreta e material o líder do mundo ocidental. A partir da colaboração estreita com os aliados da NATO, a Administração americana encontra os meios financeiros, logísticos, políticos e estruturais da sua política externa. Os Estados europeus e os restantes aliados ou parceiros fornecem uma variedade de ferramentas políticas e militares que o Governo de Obama pode utilizar na defesa dos Estados membros da NATO. Essas ferramentas permitem aos Estados Unidos da América guardar a sua posição de líder a menor custo e manter a sua influência sobre as políticas externas ocidentais (Pascallon, 2009: 1). A política externa americana desde a eleição de Obama mostrou uma vontade real de reforçar as relações entre o pilar americano e o pilar europeu da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Podemos dizer que a sua presença na Aliança Atlântica não é fonte de benefícios meramente políticos porque a Europa também reveste um carácter utilitário para os Estados Unidos da América. Nas palavras de Hubert Védrine, o apoio solicitado pelo Governo americano é um apoio em termos de *burden sharing* no qual a União

Europeia desempenha um papel de “sucursal económica e militar da NATO” ⁶¹ (ResPublica, 2009: 6).

A Europa mantém-se um aliado sem comparação para os EUA e a integração defensiva verificada no seio da NATO reveste uma importância capital para a defesa do interesse nacional americano: “*A maioria das ameaças necessita de uma mistura de capacidades militares e civis; tal como uma combinação de ferramentas nacionais e institucionais*” (Serfaty e Biscop, 2009: 8). As crises sucessivas do início do nosso século mostraram a vulnerabilidade da maior e incontestável potência militar do mundo: os Estados Unidos da América. Juntando a potência civil europeia e à sua potência militar, os EUA encontram na NATO a única forma de luta pela sua hegemonia.

III. Interesse geopolítico na NATO renovado

Considerando o investimento multi-sectorial americano e os benefícios geoestratégicos de uma parceria intensa entre o continente norte-americano e os Estados europeus no que toca à política externa de defesa, podemos observar que além da coesão ocidental e de meios logísticos, a Europa constitui uma zona geoestratégica fundamental para a presença americana a nível mundial. Frente aos desafios do século XXI, o continente europeu representa uma zona *pivot* de que os Estados Unidos da América não se podem privar (Brzezinski, 1997: 68).

⁶¹ Palavras tiradas da declaração de Hubert Védrine (Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo francês de Lionel Jospin entre 1997 e 2002) durante o Seminário da Fundação ResPublica do 7 de Abril de 2009 sobre a Política Externa dos Estados Unidos da América depois da eleição de Obama (ResPublica, 2009).

Os Estados Unidos da América constituem sem contestação, o motor da Aliança Atlântica. Apesar da possibilidade de poderem desenvolver a sua política defensiva sem consultar ninguém, o Governo americano mantém as suas forças na Organização do Tratado do Atlântico Norte e lidera através dela a coligação dos Estados ocidentais democráticos. A explicação da escolha de canais multilaterais e especificamente da NATO pelos dirigentes políticos americanos reside na urgência das ameaças internacionais. Os ataques do 11 de Setembro mostraram a vulnerabilidade do território americano. A crise iraquiana demonstrou os limites do unilateralismo ditado pela Administração Bush. O declínio da superpotência americana sob fundo de crise económica e financeira - à qual ainda não se notam sinais de verdadeira confiança - levaram o Governo dos Estados Unidos da América a reconsiderar a Europa como terreno privilegiado para a hegemonia americana (Pascallon, 2009: 7). No seguimento da crise financeira verificada desde 2007, da crise imobiliária e da crise energética de 2008, outro desafio que atribui aos Estados europeus um papel de aliados imperativos dos Estados Unidos da América reside nas mudanças climáticas e nas suas consequências a nível das rotas marítimas e do acesso a novas terras que aparecem com o progressivo desaparecimento das placas de gelo do “Grande Norte” (ver Telo, 2009). As relações internacionais deste novo século anunciam desafios em termos geográficos, políticos e económicos que deixam clara a necessidade da Aliança Atlântica na mente da elite americana: “*Nenhuma nação pode enfrentar os desafios mundiais a sós*”⁶² (Shapiro e Witney, 2009: 41). Por sua vez, Biscop declara que, mais do que nunca, os EUA necessitam manter a

⁶² Citação de Hilary Clinton na reunião do Conselho das Relações Externas (organismo que tenta perceber a política externa conduzida pelo Governo dos Estados Unidos da América) de 17 de Julho de 2009 em Nova Iorque (Clinton, 2009).

sua presença a nível global. Este autor lembra os desafios do Médio Oriente para justificar da interligação entre os interesses americanos e a segurança do continente europeu com especial enfoque na problemática iraniana e no papel de interlocutor privilegiado das grandes potências europeias com parceiros geoestratégicos do Médio Oriente (Biscop, 2007: 22-23).

Ao marcar a sua liderança do mundo ocidental através da Organização do Tratado do Atlântico Norte, os Estados Unidos da América consolidam a sua presença a nível internacional. O interesse americano na Aliança Atlântica provocado pela emergência de novas ameaças também se deve à posição geoestratégica dos aliados europeus. Aqui surge a importância de uma noção desenvolvida por Brzezinski. O antigo conselheiro do Presidente americano Carter e mentor político de Obama em termos de política externa, define o continente europeu como um *pivot* geopolítico sem o qual os Estados Unidos da América apenas podem orientar as suas próprias políticas e não as grandes linhas da política externa dos Estados a nível global (Broch Hueso, 2010: 21).

Reproduzindo directamente as palavras de Brzezinski, um *pivot* geopolítico controlado garante a potência e a influência do Estado que o domina com base em várias características:

“a noção de pivot geopolítico designa os Estados cuja importância se deve menos à sua potência real e à sua motivação que à sua situação geográfica sensível e à sua vulnerabilidade potencial [...] a sua localização confere-lhes um papel chave para aceder a certas regiões ou permite-lhes privar um actor de primeiro plano dos recursos que lhes são necessários” (Brzezinski, 1997: 68).

De forma concreta, a Europa e a relação privilegiada dos Estados europeus com as antigas repúblicas soviéticas no seio da União Europeia alargam a esfera de influência dos Estados Unidos da América para as fronteiras russas respondendo então ao objectivo americano de intensificar as relações com o Estado russo (Rice, 2000: 100). Baseando-se na política de vizinhança próxima da União Europeia e na cooperação com a zona sul do Mediterrâneo, a NATO permite aos Estados Unidos da América aceder ao Norte de África e ao Médio Oriente graças à Aliança Atlântica (ver Boening, 2009). Através da Organização do Tratado do Atlântico Norte, os Estados Unidos da América desenvolvem e aumentam as trocas económicas, fazendo da Aliança Atlântica uma verdadeira plataforma de trocas comerciais a nível dos investimentos militares e da troca de informação. A relação estreita que se verifica no seio da NATO fomenta a comunicação do conhecimento técnico entre os seus membros (ver Pol de Vos, 2004).

Desde o início deste século, os EUA encontram-se fragilizados. A sua vulnerabilidade verificada nas sucessivas crises observadas a todos os níveis que têm um impacto sobre a sua potência externa provocaram uma vaga de contestação à hegemonia americana. A multipolaridade que se desenha para um futuro próximo necessita de uma reacção por parte da Administração americana. Os Estados ocidentais esperam pelos sinais do seu líder e uma grande satisfação nasceu das intenções declaradas do novo Presidente Obama em reafirmar e aumentar as relações entre os Estados ocidentais, e especialmente dentro da NATO. Em suma, no seio da Aliança Atlântica, os Estados Unidos da América encontram o suporte logístico, legitimidade moral, a estrutura política e as bases geográficas da sua hegemonia.

Conclusão

Neste capítulo, podemos perceber que, ao contrário dos discursos que anunciam o fim da razão de ser da Organização do Tratado do Atlântico Norte a cada final de década pelo desinteresse crescendo dos EUA em relação à NATO, o empenho dos Estados Unidos da América mantém-se o principal motor da cooperação entre os Estados da Aliança. Mais que uma simples organização de defesa, a NATO reveste hoje em dia uma dimensão especial de ligação política e económica sem equivalente. Na NATO, os EUA desenvolvem parcerias com regiões longínquas como a Rússia e o continente africano. Na NATO, os EUA encontram o seu melhor parceiro económico, verdadeiro motor do seu investimento militar. Na qualidade de fórum democrático, a NATO também fornece aos EUA os fundamentos de uma política externa cujos objectivos obedecem aos valores e princípios da cultura ocidental. Em prol da Organização do Tratado do Atlântico Norte, os Estados Unidos da América, potência militar, reduzem as suas fragilidades em termos de *soft power* através da potência civil representada pela União Europeia e suas parcerias.

À luz dos elementos estudados neste último capítulo, podemos afirmar que o interesse dos Estados Unidos da América na Organização do Tratado do Atlântico Norte mantém-se intacto e desenvolve-se cada vez mais ao ritmo dos desafios geopolíticos. A resposta à defesa do interesse nacional americano encontra-se ligada ao mais alto nível à política de defesa europeia e à cooperação entre os dois continentes.

Conclusão

“A Europa não tem melhor aliado possível que os Estados Unidos da América, nem os Estados Unidos da América melhor aliado possível que a Europa”

(Balladur, 2007: 96)

O ano de 2010 – ano em que se realiza este trabalho – marca um ponto decisivo para o futuro da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Primeiro, porque este ano começou repleto de tensões, quer a nível financeiro, quer a nível político. Os laços políticos entre os Estados membros da NATO beneficiaram de um movimento de coesão frente aos desafios com que se defrontaram desde 2008 e 2009. Conscientes de que a união faz a força, os dirigentes dos Estados ocidentais mostraram o empenho e a determinação necessária para reforçar a cooperação entre os países da região do Atlântico Norte. Segundo, porque no fim deste ano realizar-se-á a Cimeira de Lisboa durante a qual será apresentado o novo Conceito Estratégico da Aliança Atlântica. A seguir aos ataques terroristas de Nova Iorque e Madrid, e para remediar aos efeitos da crise iraquiana, tomou-se a decisão de actualizar e redefinir as bases geopolíticas e geoestratégicas da Aliança do Atlântico Norte (Snyder, 2010).

O intuito deste estudo foi demonstrar que a Organização do Tratado do Atlântico Norte tem toda a razão de existir na configuração actual do sistema internacional por se ter tornado indispensável aos seus membros. A partir do conceito de integração defensiva, a análise da dependência mútua entre a União Europeia e os Estados Unidos da América em termos de segurança e defesa procurou demonstrar

que a política externa dos Estados membros da NATO não se constrói fora dos objectivos da Aliança Atlântica. Além disso, observámos ao longo deste trabalho que a cooperação militar e financeira no seio da NATO é de tal forma importante em relação aos investimentos nacionais individuais que a defesa europeia e a defesa do continente norte-americano depende do apoio da totalidade dos Estados membros da Organização.

A problemática abordada nesta dissertação procurou reflectir sobre o questionamento actual quanto à razão de ser e ao futuro da Organização do Tratado do Atlântico Norte, ou seja, de que forma os desafios em termos de segurança e defesa contribuem para acentuar o interesse nacional dos Estados membros da Aliança Atlântica e de que maneira justificam que a Organização do Tratado do Atlântico Norte se mantenha a única entidade supranacional capaz de responder, de forma concreta, às ameaças que se deslindam no sistema internacional, onde a hegemonia americana e a dominação ocidental são cada vez mais contestadas.

De maneira a responder às questões levantadas pela problemática abordada, a organização dos capítulos da dissertação foi construída de maneira a articular as duas dimensões definidas em introdução: a dimensão regional e a dimensão continental.

O primeiro capítulo pretendeu dar um significado teórico ao objecto de estudo a partir do estado da arte e de pesquisas teóricas. Apesar da contestação académica à existência de integração defensiva por Hoffman, verificou-se que a evolução histórica da NATO mostra uma ligação estreita entre os Estados membros a nível da política externa no seu seio e uma convergência das suas

políticas de segurança e defesa. A entrada da Aliança na política externa dos Estados membros e parceiros mostraram que não se considera a possibilidade de adoptar atitudes e comportamentos revisionistas que não serviriam, de todo, o interesse defensivo de cada um. Demonstrou-se que as teorias clássicas e neo-clássicas não correspondem à realidade histórica da NATO e, desta forma, inscrevemos a Organização do Tratado do Atlântico Norte na teoria construtivista de Wendt e na sua definição de Comunidade Pluralista de Segurança. Neste capítulo, foi testada a seguinte hipótese: se observamos uma ligação estreita entre os Estados membros a nível da política externa no seio da NATO e uma integração e convergência das suas políticas de segurança e defesa sem possibilidade de adoptarem atitudes e comportamentos revisionistas por não servir de todo o interesse defensivo de cada um, então podemos dizer que a NATO representa um pilar defensivo europeu e a institucionalização de uma sólida interdependência defensiva entre o continente norte-americano e europeu. Esta hipótese foi validada através da constatação da uma cooperação estreita entre os Estados membros da Aliança a nível da política externa.

O segundo capítulo visou mostrar o empenho dos Estados membros na Organização do Tratado do Atlântico Norte. Para isso, analisámos o seu empenho na redefinição do Conceito Estratégico e na actualização das missões e dos objectivos da NATO. A contribuição logística, financeira e política foram os indicadores escolhidos para mostrar o envolvimento e a vontade de manter a Aliança Atlântica na política externa ocidental. Desta forma, verificámos que os Estados Unidos da América são o maior contribuidor da NATO desde a sua criação. Este capítulo também procurou demonstrar que a liderança americana

em termos de investimento não é o único motor da Aliança: os Estados membros e parceiros disponibilizam largas fatias dos seus investimentos nacionais à Organização, quer em termos de orçamento defensivo, quer a nível de empenho político e recursos humanos. De maneira a analisar estes aspectos, o capítulo testou a seguinte hipótese: se os Estados membros decidiram redefinir o Conceito Estratégico de maneira a actualizar as missões e os objectivos da NATO, então o empenho político conjugado com a vontade de expansão geográfica da Organização do Tratado do Atlântico Norte mostra que a parceria entre os Estados da região do Norte Atlântico é importante para todos os Estados membros. Esta hipótese foi validada pela verificação das contribuições políticas e financeiras proporcionadas pelos Estados Unidos da América no desenvolvimento das missões da NATO.

Enquanto estes dois primeiros capítulos abordaram as dinâmicas regionais (americana e europeia) de forma interligada, os capítulos seguintes analisaram cada um dos pilares da NATO de forma a perceber o impulso existente dos dois lados do Atlântico na cooperação defensiva.

O terceiro capítulo centrou-se no pilar europeu da Organização a partir do estudo de caso da França. A postura atlântista recente da França e o seu regresso à NATO foram reveladores do seu interesse na Aliança, contribuindo para impedir o desaparecimento da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Apesar do tradicional empenho para a defesa da autonomia europeia do Estado francês e de uma vontade declarada de escapar à ditadura geoestratégica americana, a decisão do Governo de Sarkozy dá um novo impulso à cooperação transatlântica. Junto da França e da Alemanha, os Estados

membros da União Europeia tendem a reforçar a ligação entre as políticas externas da Europa e do continente norte-americano no seio da NATO. Esta conclusão foi obtida após validação da terceira hipótese: se a França decidiu reintegrar totalmente a NATO apesar do seu tradicional empenho para a defesa da autonomia europeia e de uma vontade declarada de escapar à ditadura geoestratégica americana, podemos dizer que os desafios em termos de segurança e a necessidade de uma resposta conjunta à subida das tensões a nível internacional num contexto de crise económica tornaram a NATO a única forma organizacional capaz de garantir a defesa da região do Atlântico Norte.

Com base no segundo pilar regional da NATO, o quarto capítulo demonstrou o contínuo e grande empenho dos Estados Unidos da América nas políticas e no financiamento da Aliança. A partir de dados estatísticos recolhidos nas páginas oficiais da Organização e dos Governos americano e francês, verificamos que o empenho da maior potência mundial na NATO é contínuo e forte. Ao analisar a participação política americana, pretendemos demonstrar que a existência da Aliança não se deve só à necessidade dos aliados dos EUA em mantê-la como garante da sua segurança e integridade territorial mas sim à importância do continente europeu para a segurança e defesa do continente norte-americano. Aqui, a hipótese validada foi: se os Estados Unidos mostram um contínuo e alto empenho nas políticas e no financiamento da NATO é porque existem por parte desse país interesses geoestratégicos na estabilidade do continente europeu e na permanência da Organização do Tratado Atlântico.

O contributo deste trabalho residiu na abordagem da vertente defensiva da integração política entre os Estados membros da NATO. Os autores que se debruçaram na interdependência crescente entre os Estados do sistema internacional sempre evitaram a questão defensiva por se confrontar ao conceito de soberania nacional. Hoffmann, pai do intergovernamentalismo, vai até recusar a existência de qualquer integração a nível das políticas externas. No entanto, este estudo permite realçar que, além do intergovernamentalismo defensivo se observar de forma concreta entre os continentes europeu e norte-americano, a interdependência das políticas externas dos Estados membros da NATO é desejada pelos seus dirigentes. Considerando os imperativos globais contemporâneos, este estudo demonstrou que a segurança e a defesa transatlântica não se consideram fora do foro da Aliança Atlântica.

Finalmente, à luz das conclusões delineadas ao longo deste trabalho e dos mecanismos de integração defensiva testados a partir das hipóteses analisadas, podemos concluir que a Organização do Tratado do Atlântico Norte representa um pilar defensivo europeu e a institucionalização de uma sólida interdependência entre os continentes norte-americano e europeu. O empenho político conjugado com a vontade de expansão geográfica da NATO mostraram que a parceria entre os Estados da região do Atlântico Norte é importante para todos os Estados membros. Os desafios em termos de segurança e a urgência de uma resposta conjunta para a subida das tensões a nível internacional no contexto de crise económica actual tornaram a NATO a única forma organizacional capaz de garantir a defesa da região do Atlântico

Norte. Existem, então, por parte dos dois pilares continentais da Aliança interesses geoestratégicos comuns relativamente à estabilidade e defesa do continente europeu e à permanência da NATO.

A realização desta dissertação termina no momento em que as discussões sobre o novo Conceito Estratégico estão prestes a ser publicadas. A visita do Secretário-geral da NATO, Anders Fogh Rasmussen a Lisboa cinco meses antes da Cimeira prevista para Novembro de 2010 (Ver anexo 2) revelou a importância atribuída às relações transatlânticas. O Secretário-geral realçou o carácter decisivo da Cimeira e repetiu o empenho dos Estados membros, quer na continuação das missões da Aliança, quer ao nível das contribuições financeiras, logísticas e políticas. O seu discurso contribuiu, assim, para validar as conclusões obtidas ao longo deste estudo.

Anexos

Anexo 1. O Tratado do Atlântico Norte de 1949.

Anexo 2. Conferência do Secretário-geral da NATO em Lisboa.

Anexo 3. Lembrança e programa da visita à NATO em Bruxelas.

Anexo 4. A NATO e a Europa.

Anexo 5. As despesas militares dos países da Europa na NATO.

Anexo 6. Cartografia dos Estados membros e parceiros da NATO.

Anexo 7. A NATO e as restantes Organizações internacionais.

Anexo 1. O Tratado do Atlântico Norte de 1949.

The North Atlantic Treaty

Washington D.C., 4 April 1949

The Parties to this Treaty reaffirm their faith in the purposes and principles of the Charter of the United Nations and their desire to live in peace with all peoples and all governments. They are determined to safeguard the freedom, common heritage and civilization of their peoples, founded on the principles of democracy, individual liberty and the rule of law. They seek to promote stability and well-being in the North Atlantic area. They are resolved to unite their efforts for collective defense and for the preservation of peace and security. They therefore agree to this North Atlantic Treaty:

Article 1

The Parties undertake, as set forth in the Charter of the United Nations, to settle any international disputes in which they may be involved by peaceful means in such a manner that international peace and security, and justice, are not endangered, and to refrain in their international relations from the threat or use of force in any manner inconsistent with the purposes of the United Nations.

Article 2

The Parties will contribute toward the further development of peaceful and friendly international relations by strengthening their free institutions, by bringing about a better understanding of the principles upon which these institutions are founded, and by promoting conditions of stability and well-being. They will seek to eliminate conflict in their international economic policies and will encourage economic collaboration between any or all of them.

Article 3

In order more effectively to achieve the objectives of this Treaty, the Parties, separately and jointly, by means of continuous and effective self-help and mutual aid, will maintain and develop their individual and collective capacity to resist armed attack.

Article 4

The Parties will consult together whenever, in the opinion of any of them, the territorial integrity, political independence or security of any of the Parties is threatened.

Article 5

The Parties agree that an armed attack against one or more of them in Europe or North America shall be considered an attack against them all; and consequently they agree that, if such an armed attack occurs, each of them, in exercise of the right of individual or collective self-defense recognized by Article 51 of the Charter of the United Nations, will assist the Party or Parties so attacked by taking forthwith, individually and in concert with the other Parties, such action as it deems necessary, including the use of armed force, to restore and maintain the security of the North Atlantic area.

Any such armed attack and all measures taken as a result thereof shall immediately be reported to the Security Council. Such measures shall be terminated when the Security Council has taken the measures necessary to restore and maintain international peace and security.

Article 6

For the purpose of Article 5 an armed attack on one or more of the Parties is deemed to include an armed attack on the territory of any of the Parties in Europe or North America, on the Algerian departments of France, on the occupation forces of any Party in Europe, on the islands under the jurisdiction of any Party in the North Atlantic area north of the Tropic of Cancer or on the vessels or aircraft in this area of any of the Parties.

Article 7

This Treaty does not affect, and shall not be interpreted as affecting, in any way the rights and obligations under the Charter of the Parties which are members of the United Nations, or the primary responsibility of the Security Council for the maintenance of international peace and security.

Article 8

Each Party declares that none of the international engagements now in force between it and any other of the Parties or any third state is in conflict with the provisions of this Treaty, and undertakes not to enter into any international engagement in conflict with this Treaty.

Article 9

The Parties hereby establish a council, on which each of them shall be represented, to consider matters concerning the implementation of this Treaty. The council shall be so organized as to be able to meet promptly at any time. The council shall set up such subsidiary bodies as may be necessary;

in particular it shall establish immediately a defense committee which shall recommend measures for the implementation of Articles 3 and 5.

Article 10

The Parties may, by unanimous agreement, invite any other European state in a position to further the principles of this Treaty and to contribute to the security of the North Atlantic area to accede to this Treaty. Any state so invited may become a party to the Treaty by depositing its instrument of accession with the Government of the United States of America. The Government of the United States of America will inform each of the Parties of the deposit of each such instrument of accession.

Article 11

This Treaty shall be ratified and its provisions carried out by the Parties in accordance with their respective constitutional processes. The instruments of ratification shall be deposited as soon as possible with the Government of the United States of America, which will notify all the other signatories of each deposit. The Treaty shall enter into force between the states which have ratified it as soon as the ratifications of the majority of the signatories, including the ratifications of Belgium, Canada, France, Luxembourg, the Netherlands, the United Kingdom and the United States, have been deposited and shall come into effect with respect to other states on the date of the deposit of their ratifications.

Article 12

After the Treaty has been in force for ten years, or at any time thereafter, the Parties shall, if any of them so requests, consult together for the purpose of reviewing the Treaty, having regard for the factors then affecting peace and security in the North Atlantic area, including the development of universal as well as regional arrangements under the Charter of the United Nations for the maintenance of international peace and security.

Article 13

After the Treaty has been in force for twenty years, any Party may cease to be a Party one year after its notice of denunciation has been given to the Government of the United States of America, which will inform the Governments of the other Parties of the deposit of each notice of denunciation.

Article 14

This Treaty, of which the English and French texts are equally authentic, shall be deposited in the archives of the Government of the United States of America. Duly certified copies thereof will be transmitted by that Government to the Governments of the other signatories.

In witness whereof, the undersigned Plenipotentiaries have signed this Treaty.

Done at Washington, the fourth day of April, 1949.

BELGIUM	FRANCE	PORTUGAL
<i>P. H. Spaak</i> <i>S. L. de Clerck</i>	<i>René Gaudin</i>	<i>José Augusto de Sá</i> <i>Severina</i>
CANADA	UNITED STATES	NETHERLANDS
<i>Arthur B. Pearson</i> <i>H. H. Brown</i>	<i>Dean Rusk</i>	<i>P. M. van Vleet</i> <i>E. N. van Vleet</i>
LUXEMBOURG	ITALY	NORWAY
<i>Josbert</i> <i>Hugues Lefebvre</i>	<i>Alfredo Turchini</i> <i>Stefano</i>	<i>Halvard H. Lange</i> <i>W. H. M. van der Meer</i>
DENMARK	UNITED KINGDOM	ICELAND
<i>Carl Gustav Carls</i> <i>Arnold Kauffmann</i>	<i>Ernest Bevin</i> <i>Oliver Franks</i>	<i>Björn Benediktsson</i> <i>Thor Thors</i>

Fonte:

NATO Headquarters (2010). Serviços de Empresa e Comunicação: Bruxelas.

Anexo 2. Conferência do Secretário-geral da NATO em Lisboa.



INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS da UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

○ Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa e a NATO

têm a honra de convidar V. Ex.a. para

CONFERÊNCIA DE **ANDERS FOGH RASMUSSEN** Secretário-Geral da NATO

Digna-se presidir à sessão o **Reitor da Universidade Católica Portuguesa**,
Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz.

2 de Julho | Sala 511 (FCEE) | *Durante a tarde, em hora a indicar ulteriormente*

Por razões de segurança, solicitamos a inscrição prévia dos interessados para secretariado.iep@iep.lisboa.ucp.pt ou telefone 21 721 41 29 **até 30 de Junho**.



Fonte:

Secretaria do Instituto de Ciências Políticas de Lisboa (2010), Conferência de Anders Fogh Rasmussen. UCP: Lisboa

Anexo 3. Lembrança e programa da visita à NATO em Bruxelas.



ORGANISATION DU TRAITE DE L'ATLANTIQUE NORD
Public Diplomacy Division/Division Diplomatie Publique
Information Office Portugal & Spain/Bureau d'Information Espagne & Portugal

AGENDA

E-learning students

20 May 2010

Conference Room - PEARSON

- 10.00 Briefing on NATO's Public Diplomacy in the run-up to the Lisbon Summit, by **José María Lopez-Navarro**, *Information Officer for Portugal & Spain, NATO countries Section, Public Diplomacy Division*
- 11.00 Briefing on NATO's Operations and Missions by **Dr. Nadja Milanova**, *Information Officer for Afghanistan, NATO Countries Section, Public Diplomacy Division*
- 12.00 Briefing on NATO-Russia by **Dr. Petr Lunak**, *Senior Programme Co-ordinator, Outreach Section, Public Diplomacy Division*
- 13.00 *Lunch at NATO's cafeteria*
- 14.30 Briefing on the New Strategic Concept by **James Snyder** *Information Officer for USA, NATO Countries Section, Public Diplomacy Division*
- 15.30 Meeting with H. E. **The Permanent Representative of Portugal, Ambassador Manuel Tomás Fernandes Pereira**,
- 16.30 *Departure*

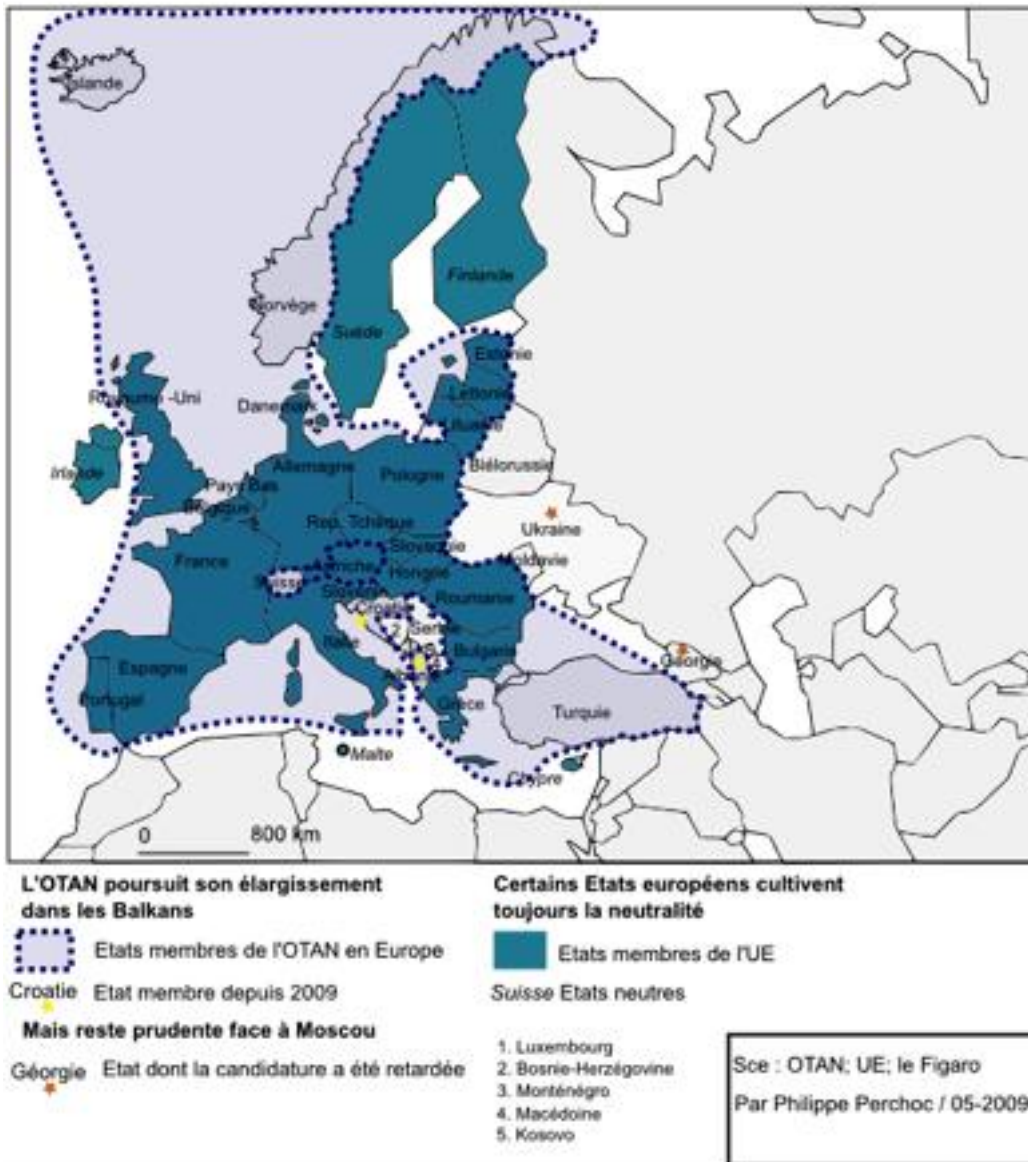
90

Fonte:

NATO Headquarters (2010). Serviços de Empresa e Comunicação: Bruxelas.

Anexo 4. A NATO e a Europa.

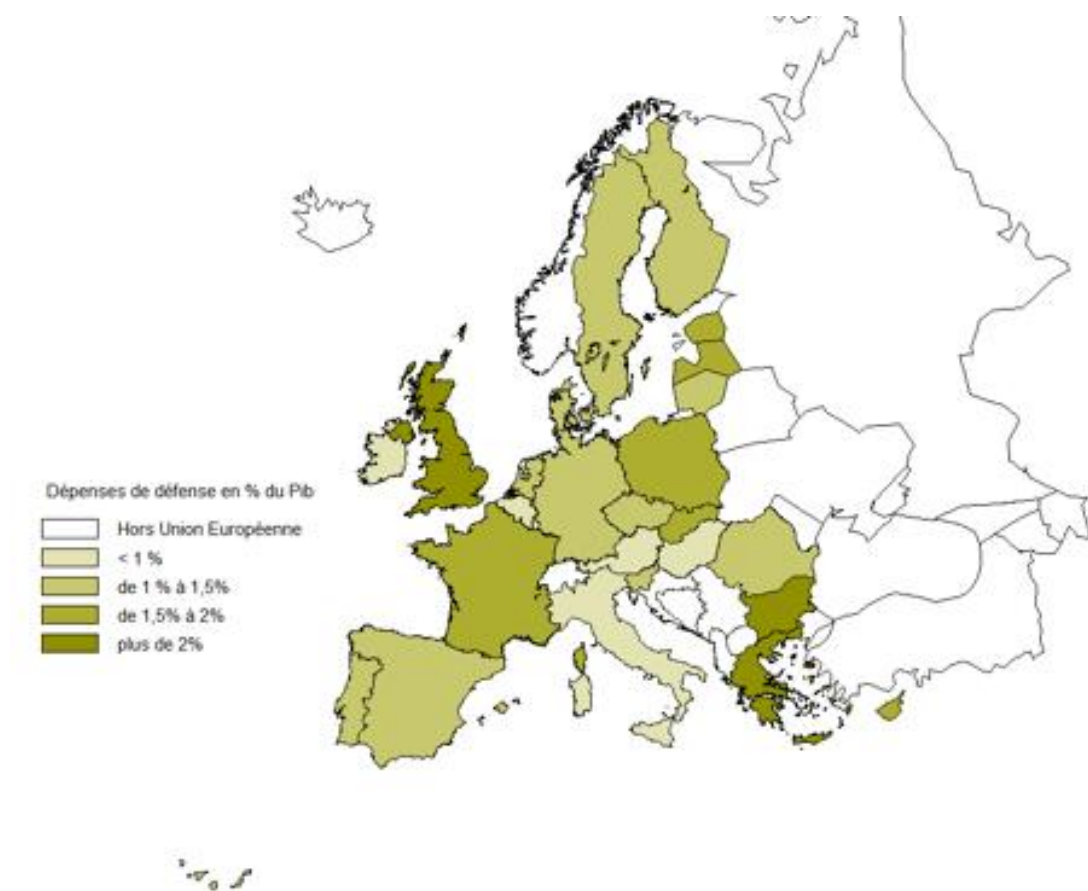
L'OTAN en Europe en 2009



Fonte:

Perchoc, Philippe (2009). *OTAN; UE*. Le Figaro: Paris

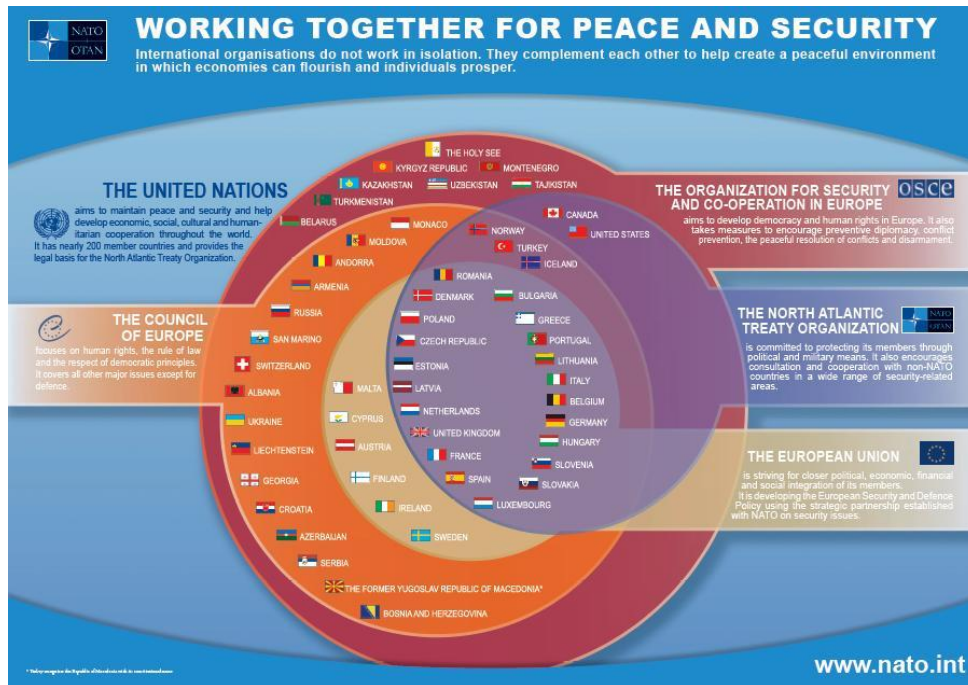
Anexo 5. As despesas militares dos países da Europa na NATO.



Fonte:

Perchoc, Philippe (2009). *OTAN; UE*. Le Figaro: Paris

Anexo 7. A NATO e as restantes Organizações internacionais.



Fonte:

NATO Headquarters (2010)

Referências bibliográficas

ABC Defense (2009), *UE-OTAN : le point de vue du Président de l'Assemblée Européenne de Sécurité et de Défense*, Robert Walter. Université d'Été de la Défense. Entrevista disponível em http://assemblyweu.org/fr/presse/articles/2009/saumur_UE_OTAN_Septembre_2009.pdf?phdsessid=f3137d60

Adam, Bernard (2009), *OTAN: Vers un nouveau concept stratégique*. Note d'analyse du GRIP: Bruxelles. Disponível em http://grip.org/fr/siteweb/NOTES.ANALYSE/2009/NA_2009-03-25_Fr_B-ADAM.pdf

Affaires Publiques (2010). *Textes Officiels*. Sitio do Departamento Público Francês: Paris. Disponível em http://www.affaires_publicques.org

Alder, Emanuel; Barnett, Mickael (1998) *Security Communities*. Cambridge University Press : Cambridge.

Asmus, Ronald (2002), L'élargissement de l'OTAN : passé, présent, futur. *Politique Etrangère*, 2002, vol 67, n°2, pp 353-376.

Wim Van Eekelen (2000), *La construction de la défense européenne: L'IESD de L'OTAN et la PECSO de l'Union Européenne*. Assembleia Parlamentar da NATO: Bruxelas. Disponível em <http://www.nato-pa.int/archivedpub/comrep/2000/at-247-f.asp>

Balladur, Edouard (2007), *Pour une union occidentale entre l'Europe et les Etats-Unis*. Fayard : Paris.

Battistella, Dario (2006) *Théories des Relations Internationales*. Les Presses de SciencesPo: Paris.

Baverez, Nicolas (2002), « Repenser la défense » in *Commentaires* 96.

Biscop, Sven (2007), *For a "more active" EU in the Middle East: Transatlantic Relations and the Strategic Implications of Europe's Engagement with Iran, Lebanon and Israel-Palestine*. Royal Institute for International Relations, Edgmont paper 13. Academia Press : Brussels.

Blin, Arnaud (2001), *Géopolitique de la paix démocratique*. Gouvernance et Démocratie : Paris.

Boening, Astrid (2007), Multilateral security in the Mediterranean post-Cold War: NATO's Mediterranean Dialogue and the EuroMed Partnership. *Jean Monnet/Robert Schuman Paper Series*, Vol 7, n°10. Florida European Union Center : Miami.

Boening, Astrid (2009), The Mediterranean – Security Turnstile : An overview From the Barcelona Process to the Union for the Mediterranean. *Jean Monnet/Robert Schuman Paper Series*, Vol 9, n°3. Florida European Union Center : Miami.

Boniface, Pascal (2001), *Les Leçons du 11 Septembre*. Presses Universitaires de France : Paris.

Boniface, Pascal (2005), *Les relations Internationales de 1945 à nos jours*. Cours Dalloz: Paris.

Bouché, Anne-Marie ; Guignot, Denis ; Urbach, Fritz (2006), *Soft Power, Hard Power : Une possibilité de répartir les responsabilités politiques et militaires entre l'UE et l'OTAN*. Les éditions des Riaux : Paris. P19-20.

BPI (2001), *Manuel de l'OTAN*, Bureau de Presse et d'Information : Bruxelles.

Broch Hueso, Joaquin (2010), *La relation EU-OTAN: complémentarité ou subordination ?* Collège Interarmées de Défense : Paris.

Brzezinski, Zbigniew (1997), *Le Grand Echiquier : L'Amérique et le reste du monde*. Hachette Littératures : Paris.

Carta das Nações Unidas (1945), *Carta das Nações Unidas e Estatutos da Corte Internacional de Justiça*. CNU: São francisco. Disponível em <http://www.un.org/fr/documents/charter/>

Clinton, Hilary (2009). *Discurso da reunião de 17 de Julho*. Concelho das Relações Externas: Nova Iorque. Disponível em <http://www.cfr.org/publication/19840>

Colson, Bruno (1995). *Europe: repenser les alliances*. Economica : Paris.

Colson, Bruno (1997), *La stratégie américaine en Europe*. Economica : Paris.

Courmont, Barthélémy ; Ribnikar, Darko (2002), *Les guerres asymétriques*. Presses Universitaires de France : Paris.

Dauphin (2009), *L'OTAN à l'assaut du Grand Nord*. Recherches Internationales IDRP: Paris. Disponível em <http://www.institutidrp.org/contributionsidrp/L%20otan%20a%20l'assaut%20du%20grand%20nord%202009.pdf>

De Hoop Scheffer, Jaap (2009), *Discurso dia 2 de Junho de 2009 na Assembleia Parlamentar da NATO*. BPC de l'OTAN: Bruxelas. Disponível em

http://www.assembly-weu.org/fr/documents/Discours_56_session/Discours_de_Hoop_Scheffer_rev.pdf?PHPSESSID=f3137d60

De Vos, Paul (2004), *Les Etats Unis, l'OTAN et l'Armée Européenne*. StopUSA : Belgique. Disponível em http://www.csotan.org/textes/texte.php?type=articles&art_id=119

Deutsch, Karl *et al.* (1957) *Political Community in the North Atlantic Area, International Organization in the Light of Historical Experience*. Princeton University Press: New York.

Dumoulin, André (2006) Conférence “Pensée libre pour l'Europe”, Cercle culturel de la Commission européenne: Bruxelles. Disponível em www.users.skynet.be/penseelibre/liste_conferences_juin_09%20.doc

Dumoulin, André (2006), *L'OTAN se meurt-elle ?* Conférence « Pensée libre pour l'Europe ». Cercle culturel de la Commission Européenne : Bruxelles.

Europa (2010). *Sítio oficial da União Europeia*. Disponível em www.europa.eu

Fabry, Elvire ; Lebas, Colomban (2005), « trois scénarios pour une PESD », *Politique Etrangère*, n°2. Institut Français de Relations Internationales : Paris. Pp285-295. Disponível em http://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=PE_052...%20-

Faleg, Giovanni ; Orizio, Andrea (2007), *Les groupements tactiques de l'UE et la Force de Réaction de l'OTAN : une analyse comparative*. Occasional Paper, Julho. Association RETE-IHEE : Strasbourg, France.

France 24 (2009), *L'Otan la nouvelle donne*. Débat de 03 de Abril de 2009 disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=dWihHI4GGFY>

Franck, Christian; Colson, Bruno e Tursan, Huri (1995) *Etude comparée des notions de défense collective et de sécurité collective*. Services Fédéraux des Affaires Scientifiques, Techniques et Culturelles, Bruxelles.

Gaspers, Jan (2008), France's Rapprochement with NATO: Paving the Way for an EU Caucus? *European Security Review*, n°40. International Security Information Service : Bruxelles.

Gauchon, Pascal (2008) *Le Monde, Manuel de Géopolitique et de Géoeconomie*. Presses Universitaires de France: Paris.

Géré, François (2005), *NATO Research Paper : Capacités et complémentarités entre l'OTAN et les forces de la PESD pour la gestion de crise*. NATO Defense College: Rome.

- Glume, Galia (2004). *Par delà la défense collective. L'évolution des fonctions de l'OTAN depuis la fin de la Guerre Froide*. Institut d'Etudes Européennes : Louvain-la-Neuve, France.
- Gorm, Gullo (2003), *La Politique extérieure américaine : Peut-on contenir la politique impériale américaine ?* Sénat: Paris.
- Grand, Stephen (2003), *Défense territoriale : La mission de l'OTAN dans le nouveau siècle*. Council on Foreign Relations : Washington.
- Guillot, Jaume (2009), *Relations UE-OTAN : appel à une coopération renforcée*. Communiqué de Presse du Parlement Européen. Service de Presse : Bruxelles.
- Gutmann-Vormus, Fabienne ; Bougeois, Elisabeth (2009), Relations UE-OTAN : Appel à une coopération renforcée. *Sécurité et Défense*. Communiqué de Press. Parlemento Europeu : Estrasburgo.
- Haine, Jean-Yves (2004), *Les Etats-Unis ont-ils besoin d'alliés ?* Payot : Paris.
- Hooffmann, Stanley, "Obstinate or Obsolete? The Fate of the Nation-State and the Case of Western Europe" in Hoffmann, Stanley (1995) *The European Sisyphus. Essays on Europe 1964-1994*. Boulder: Westview. pp 71-106.
- Howorth, Jolyon (2002), La France, l'OTAN et la sécurité européenne : statu quo ingérable, renouveau introuvable. *Politique Étrangère*, 2002, vol 67, n°4, pp 1001-1016.
- Irondele, Bastien (2008) *Cours de Teories de Relations Internationales*. SciencesPo Paris: Paris.
- Kalika, Arnaud (2009), *L'Otan, le Moyen-Orient et la Sécurité*. Supplément au n°736, 18 Novembre 2009. Lettre hebdomadaire d'Informations Stratégiques: Paris.
- Keohane, Robert (1984) *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World politics and Economy*. Princeton University Press: New York.
- Keohane, Robert and Martin Lisa (1995) "The Promise of Institutional Theory", *International Security* 20. pp 70-106.
- Keohane, Robert e Martin, Lisa (2003) *Institutional Theory as a Research Program in Progress in International Relations Theory: Appraising the Field*. MIT Press: Cambridge.
- Krasner, Stephen (1991) "Global Communication and National Power: Life on the Pareto Frontier". *World Politics* 43. pp 336-366.

Labaye, Laurent (2009), Quelles perspectives pour l'Alliance Atlantique à l'échéance de son 100^e anniversaire ? *Colloque du 8 Juin 2009*. École Militaire : Paris.

Lacorne, Denis (2000), Où est l'intérêt national des Etats-Unis ? Approche réaliste et conflits périphériques. *Critique internationale*, n°8. Juillet 2000. D'ailleurs : Paris.

Lake, Anthony (1993), "From containment to enlargement" in *A National Security Strategy of Enlargement and Engagement*. Discurso de 21 de Setembro de 1993 SAIS in US Department of State Dispatch, vol 4, n°39. White House: Washington DC.

Lellouche, Pierre (2005), *La Sécurité Extérieure de la France face aux Nouveaux Défis Stratégiques*. Les Rendez-vous du CHEAr, 15 Septembre 2005. Ministère de la Défense – DGA : Paris. Disponible em http://www.chear.defense.gouv.fr/fr/colloques/restitution/Pierre_Lellouche.pdf

Lepinay, Camille (2009), La sécurité européenne : OTAN et/ou PESD ? *Nouvelle Europe*. Disponible em <http://www.nouvelle-europe.eu/politiques/politiques-europeennes/la-securite-europeenne--otan-et/ou-pesd-.html>

Linderberg, Leon (1963), *The political Dynamics of European Economic Integration*. Stanford University Press : Stanford.

Linsdtrom, Gustav (2006), "Shaping European Security", *Defense News*, June 12th. P46.

Magne, Philippe (2002), "L'initiative sur les capacités de défense de l'OTAN" *Défense Nationale*, n°4 (DCI): Paris. P144.

Mallet, Jean-Claude (2008) *Le Livre Blanc. Défense et sécurité nationale*. Ministère de la Défense : Paris.

Martin, Lisa e Simmons, Bertrand (1998) "Theories and empirical studies of international institutions". *International Organization* 52. pp 729-757.

Masala, Carlo (2005), *NATO Research Paper: NATO Response Force and Battle Groups, Competition or Complementary ?*. NATO Defense College: Rome.

Mearsheimer, John (2001) *The Tragedy of Great Power Politics*. Princeton: New York.

Melchionna, Michele (2008), *PESD-OTAN: Quelles relations dans l'avenir ?* Collège Interarmées de Défense: Paris.

Mendes Dias, Carlos Manuel (2005), *Geopolítica : teorização clássica e ensinamentos*. Estratégia e política externa. Prefácio: Lisboa.

- Minniti, Marco (2005), *Coopération OTAN-UE dans le domaine de la Sécurité : Sous-commission sur les Partenariats de l'OTAN*. Assembleia Parlamentar da NATO: Bruxelles. Disponible em www.nato-pa.int
- Moliné, Marie (2006), « L'OTAN : de l'allié nécessaire au concurrent gênant » in *Quel avenir pour la PESD ? Le Taurillon*. Jeunes Européens : Paris, France. Disponible em <http://www.taurillon.org/Quel-avenir-pour-la-PESD-III-et>
- Montgrenier, Jean-Sylvestre (2007) *Transformation et globalisation de l'OTAN: Débats stratégiques et enjeux géopolitiques après le sommet de Riga*. Institut Thomas More, Tribune: Paris. Disponible em www.centretransatlantique.fr/pdf/jsmongrenier0307.pdf
- Montgrenier, Jean-Sylvestre (2009) *La France au Coeur de l'OTAN: Théorie des ensembles et défis Géopolitiques*. Institut Thomas More: Paris. Disponible em www.institut-thomas-more.org/pdf/318_en_JSMongrenier-3-Mars2009.pdf
- Moravcsik, Andrew (1999) *The Choice for Europe*. UCL Press: Londres.
- Morgenthau, Hans (1967) *Politics Among Nations: The struggle for power and peace*. Alfred Knoff: New York.
- Morin, Hervé (2007), “Consolider nos alliances”. *Défense Nationale*. Ministère de la Défense : Paris.
- Napolitano, Giorgio; Voigt, Karsten (1995), “L'élargissement de l'Alliance” in *Commission de la défense et de la sécurité à l'Assemblée de l'Atlantique Nord* : Bruxelles. Pp3-10.
- NATO (2006), *The NATO Handbook*. NATO's Public Diplomacy Division: Bruxelles.
- NATO live (2010a), *Le Concept Stratégique*. Services de Presse et Direction de la Communication : Bruxelles. Disponible em http://www.nato.int/cps/fr/natolive/topics_56626.htm#1
- NATO live (2010b), *NATO Countries*. Services de Presse et Direction de la Communication: Bruxelles. Disponible em http://www.nato.int/cps/en/natolive/nato_countries.htm
- NATO live (2010c), *OTAN-EU : Un partenariat stratégique*. Service de Presse et Direction de la Communication: Bruxelles. Disponible em http://152.152.95.200/cps/fr/SID-91B6C791-F774A61D/natolive/topics_49217.htm
- NATO live (2010d), *Relatórios*. Service de Presse et Direction de la Communication: Bruxelles. Disponible em

http://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_2009_02/2009_03_D34F22C9AE854B7FAA0BB409A21C90D3_p09-009.pdf

Naumann, K., Shalikhvili, J., Lord Inge, L. J., & Van den Breemen, H. (2007). *Towards a Grand Strategy for an Uncertain World, Renewing Transatlantic Partnership*. Noaber Foundation : Lunteren.

O'Connell, Dominic (2005), *Anglo-French tie-up talks to build aircraft carriers*. Sunday Times: Londres. Artigo disponível em http://business.timesonline.co.uk/tol/business/industry_sectors/engineering/article562239.ece

Pascallon, Pierre (2009), *L'évolution de l'Otan : variation d'une Institution dans l'orbite des Etats-Unis*. IRIS: Paris. Disponível em www.iris-france.org/docs/pdf/forum/2009_03_20_otan.pdf

Pedlow, Gregory (1997), *NATO Strategy Documents 1949-1969*. NATO : Bruxelles, Belgique. Disponível em <http://www.nato.org>

Perret, Quentin (2006), L'OTAN et l'avenir de la sécurité européenne. *Question d'Europe*, n°47. Fondation Robert Schuman : Paris. Disponível em http://www.robert-schuman.org/question_europe.php?num=qe-47

Petiteville, Franck (2003), L'Union Européenne, acteur international ou global ? *Revue Internationale et Stratégique* 2002/3, n°47, pp.145-157.

Pezarat Correia, Pedro (2004) *Manual de Geopolítica e Geoestratégia. Análise geoestratégica de um Mundo em Conflito, Vol.2*, Quarteto: Coimbra.

Pfimlin, Edouard (2009), *OTAN et PESD : concurrentes ou complémentaires ?* Le Monde du 02 Avril 2009 : Paris.

Plano, JC e Olton, Robert (1979) *The international Relations Dictionary*. New Issues: Kalamazoo.

Public Diplomacy Division (2009), *Financial and Economic Data Relating to NATO Defence, Press Release*. NATO Press and Media : Bruxelles, Belgique.

Rastbeen, Ali (2008) L'Union pour la Méditerranée: Une initiative précipitée in *Quelle Union Pour la Méditerranée. Géostratégiques n°21*. IIES : Paris. Pp 13-18.

ResPublica (2009), *La politique extérieure des Etats-Unis après l'élection d'Obama*. Maison de la Chimie: Paris. Disponível em http://www.fondation-res-publica.org/La-politique-exterieure-des-Etats-Unis-apres-l-election-d-Obama_a396.html

Rice, Condoleeza (2000), Promoting the nacional interest. *Foreign Affairs*, vol 79. Council on Foreign Relations: Washington. Disponível em

<http://www.foreignaffairs.com/articles/55630/condoleezza-rice/campaign-2000-promoting-the-national-interest>

Rousselin, Pierre (2008), *Alliance Atlantique : l'analyse de Pierre Rousselin*. Le Figaro : Paris. Disponible en <http://www.lefigaro.fr/débats/2008/01/18/01005-20080118ARTFIG00393-alliance-atlantique-l-analyse-de-pierre-rousselin.php>

Scheek, Laurent (2009), « Des « trois D » aux « trois C » : L'interdépendance ouverte du rapport UE-OTAN », *Défense Nationale et Sécurité Collective* n°2. Revue de Défense Nationale : Paris.

Senat (2007), « La France et le financement de l'OTAN: un poids budgétaire croissant » in *Les enjeux de l'évolution de l'OTAN*. Disponible en <http://www.senat.fr/rap/r06-405/r06-40523.html>

Serdouh, Myriam (2009), *How NATO allows the U.S. to increase their power in the former Soviet empire*. InfoGuerre : Geneva. Disponible en <http://www.mecanopolis.org/?p=11884>

Serfaty, Simon ; Biscop, Sven (2009), *A Shared Security Strategy for a Euro-Atlantic Partnership of Equals : A report of the Global Dialogue between the European Union and the United States*. Center for Strategic and International Studies : Washington.

Serge, Marc (1997) *Intervention sur le Rôle de l'OTAN lors du colloque "L'OTAN dans le système international de sécurité"*. Académie de la Paix: Monaco. Disponible en http://www.iehei.org/acad_px/Publications/textes_97/px97-mob.pdf

Shapiro, Jeremy; Witney, Nick (2009), *Towards a Post-American Europe: a power audit of EU-US Relations*. European Council on Foreign Relations : London.

Shimmelfennin, Frank (1999) NATO Enlargement: A Constructivist Explanation. *Security Studies* 8:2/3. pp198-234.

Smouts, Marie-Claude; Battistella, Dario; Vennesson, Pascal (2006), *Dictionnaire des Relations Internationales*. Dalloz : Paris.

Snyder, Glenn (1997) *Alliance Politics*. Cornell University Press: Ithaca.

Solana, Javier (1996), "Le défi de l'élargissement" in *Politique Internationale*, n°71, Primavera 1996, p44.

Stein, Arthur (2008) "Neoliberal institutionalism" in *The Oxford Handbook of International Relations*. Oxford University Press: Oxford. pp 201-221.

Telo, José António (2009), Os caminhos da NATO. O que foi, o que é e o que deve ser. *Relações Internacionais*, Março, nº21. Instituto Português de Relações Internacionais: Lisboa. Pp 21-44.

Tréan, Claire (2004), “*Le problème de fond est que cette relation a refusé de s’adapter après la Guerre Froide*”. Le Monde: Paris.

US Department of State (2009), *Enlargement Policy*. Diplomacy in Action: Washington. Disponível em <http://www.state.gov/www/regions/eur/natiinfex.html>

Viet, Winfried (2005), *La Nouvelle Donne Géopolitique de l’Europe : De la chute du mur à l’Europe des vingt-cinq*. Friedrich Ebert Stiftung : Paris.

Vilboux, Nicole (2002), *Les stratégies de puissance américaine*. Perspectives stratégiques : Paris.

Waltz, Kenneth (1993) “The emerging structure of Internal Politics”. *International Security* 18. pp 44-79.

Waltz, Kenneth (1998) “The Balance of Power and NATO expansion”, The Debate over NATO Enlargement, Conference Papers March 9-10, fall. University of California: Berkeley.

Wendt, Alexander (1999) *Social Theory of International Politics*. Cambridge University Press: Cambridge.

White, Brian (2002), Expliquer la Défense Européenne : un défi pour les analyses théoriques. *Revue Internationale et Stratégique*, 2002/4, nº48, pp.89-97.

Wodka-Gallien, Philippe (2005), *La Politique extérieure et la défense européenne : les autres enjeux du référendum du 29 mai*. Disponível em <http://strato-analyse.org/fr/spip.php?article76>

Wodka-Gallien, Philippe (2009), *La France et l’OTAN : Une opportunité à saisir*. Disponível em <http://www.strato-analyse.org/fr/spip.php?article167>

Zarka, Jean-Claude (1999), *L’OTAN*. Que Sais-je ? PUF : Paris.

Zecchini, Laurent (2002) “Has NATO become necessary?” *Guardian Weekly*, Março-Abril in Pezarat Correia, Pedro (2004) *Manual de Geopolítica e Geoestratégia. Análise geoestratégica de um Mundo em Conflito, Vol.2*, Quarteto: Coimbra.

Entrevistas

Bashara, Jawad (2010) Entrevista pessoal, França. Antigo diplomata iraquiano. Fevereiro.

Boening, Astrid (2009) Correspondência electrónica, EUA. Directora do Centro de Estudos internacionais sobre a União Europeia da Universidade de Miami. 1 de Novembro.

Gaspers, Jan (2009) Correspondência electrónica, UK. Professor da Universidade de Cambridge. Outubro.

Hartstein, Yannick (2009) Correspondência electrónica, Bélgica. Antigo Professor do College of Europe. Novembro.

Lunak, Petr (2010) Entrevista pessoal, Bélgica. Coordenador do programa de Seniors na NATO. 20 de Maio.

Milanova, Nadja (2010) Entrevista pessoal, Bélgica. Informadora sobre o Afeganistão para a NATO. 20 de Maio.

Navarro, José-Maria (2010) Entrevista pessoal, Bélgica. Informador para Portugal e Espanha na NATO. 20 de Maio.

Palma, Hugo (2009) Correspondência electrónica, Bélgica. Assistente académico no departamento de estudos internacionais do College of Europe. 4 de Novembro.

Pereira, Manuel (2010) Entrevista pessoal, Bélgica. Embaixador português na NATO. 20 de Maio.

Snyder, James (2010) Entrevista pessoal, Bélgica. Oficial dos EUA na NATO. 20 de Maio.